

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Programa de Pós-Graduação em Educação Física



Dissertação

Infâncias em situação de acolhimento

Débora Duarte Freitas

Pelotas, 2012

Débora Duarte Freitas

INFÂNCIAS EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Educação Física da Universidade Federal de Pelotas, como Requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências (área do Conhecimento: Educação Física).

Orientador: Prof. Dr. Márcio Xavier Bonorino Figueiredo

Pelotas, 2012

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Márcio Xavier Bonorino Figueiredo (orientador)
Curso de Mestrado em Educação Física
Universidade Federal de Pelotas

Prof^a. Dr. José Geraldo Soares Damico
Programa de Pós-Graduação Educação em Ciências
Universidade Federal do Rio Grande

Prof. Dr^a Maira Ferreira
Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática
Universidade Federal de Pelotas

Prof^a. Dr^a. Paula Corrêa Henning
Programa de Pós-Graduação Educação em Ciências
Universidade Federal do Rio Grande

Dedicatória

À pessoa mais importante de minha vida,
Minha mãe, Carmen Vera.

Agradecimentos

Minha família: Aos meus pais, Carmen Vera e Dagoberto, pelo apoio contínuo. A minha irmã, Daniele, por acreditar sempre em mim. Ao meu irmão, André, por estar mais próximo (isso me deixa muito feliz). A minha afilhada Isabela e minhas cachorras, Lila e Drika, que são a prova de perfeição e que o amor que sinto por elas estabilizam qualquer ameaça de desequilíbrio.

William: Poderias estar no item acima, mas queria agradecer em separado pelo auxílio nas “intermináveis” e cansativas transcrições, que apesar de odiar fazer esse tipo de trabalho, me ajudou mesmo assim. Queria parabenizá-lo pela pessoa diferenciada que és. Sempre tão amigo, prestativo, presente e divertido. Obrigada. Neste momento, estendo o agradecimento também a tua família que sempre me trataram muito bem, como se fosse outro integrante.

Professor Márcio: obrigada por ter acreditado no meu trabalho e ter me auxiliado no trajeto sempre com paciência e tranquilidade.

Escola Sant’Ana: agradeço pela boa vontade de terem alterado os horários e dias para que eu pudesse fazer parte da equipe sem prejudicar os horários do mestrado. Um agradecimento especial, ao meu eterno diretor Alisson, a vice-diretora Patrícia e a querida colega Karla Sassi. Exemplo de equipe, exemplo de vontade, exemplo de Superação.

Membros da banca de avaliação: obrigada por aceitarem o convite e pelas sugestões para que o trabalho atingisse uma qualidade melhor. Agradeço ao Professor Luiz Carlos Rigo pela dedicação e conversas de corredor e que, atualmente, apesar de estar afastado, sempre se colocou a disposição para me auxiliar. Agradecimento mais do que especial à Profa. Paula Henning pela enorme paciência e atenção dedicada a minha pessoa. Professora, sem a sua ajuda eu não me sentiria pronta para defender este trabalho, muito obrigada mesmo.

A instituição de acolhimento institucional, aos entrevistados e demais instâncias: agradeço o grande auxílio e recepção prestados por todos da casa de acolhimento em que foi realizada a pesquisa. Agradeço também a Promotora da Infância e Juventude, Luciara Robe Pereira, pelo consentimento da realização da pesquisa. Aos entrevistados, minha gratidão pela imensa e impagável contribuição a este trabalho.

Aos meus amigos e colegas: espaço dedicado a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para a minha formação pessoal e profissional. Todos os amigos sejam de escola, do ensino superior, da especialização, do mestrado, alunos de *personal*, colegas de trabalho e assim por diante. **Todos vocês** foram de fundamental importância para que minha formação se desse por estes caminhos. Gostaria de citar um a um, mas creio que não haveria espaço e alguém, injustamente, poderia ser esquecido. Sendo assim, muito obrigada a todos vocês!

**Eu estou aqui para assegurar os seus direitos,
mas o senhor tem o dever de respeitar os
direitos da sociedade.**

(Policia! em momento de apreensão)

Resumo

Freitas, Débora Duarte. **Infâncias em situação de acolhimento**. 2012. 110f. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

Com o interesse pessoal da autora somadas as inquietações como pesquisadora surgiu a pesquisa “Infâncias em situação de acolhimento” que tem por objetivo compreender como se produziram os acolhimentos institucionais no Brasil, especialmente o Uletus¹ em Rio Grande no RS. Para isto seleciona-se o campo teórico de Michel Foucault, a partir de algumas ferramentas metodológicas como a genealogia e o discurso. Para melhor desenvolvimento da pesquisa optou-se pelo desmembramento da dissertação em dois artigos. O primeiro intitulado “Acolhimento institucional: um envolto de leis, corpos e disciplinas” tem por objetivo entender como surgiram os atuais acolhimentos institucionais no Brasil. O texto em questão discorre em cima de leis e documentações que produziram essas instituições e, portanto, permite entender os momentos que as crianças tornam-se alvo de vigilância, de classificação e encarceramento em nosso país. Tenta-se demonstrar, também, que os acolhimentos institucionais em sua gênese possuem caráter civilizador e disciplinador em que as crianças são alvos para que objetivos maiores sejam atingidos. Hoje o acolhimento é caracterizado como medida de proteção para crianças e adolescentes, mas na sua gênese a proteção era designada a ordem social, que poderia ser ameaçada por esses “menores” abandonados. O segundo artigo, por sua vez, intitulado “A produção dos corpos e as finalidades de um acolhimento institucional no município do Rio Grande-RS” busca perceber como vêm sendo constituídos os corpos infantis no Acolhimento Institucional Uletus do município do Rio Grande no RS. Neste texto é demonstrado a incoerência do discurso social da época com o nascimento e a realidade de um acolhimento na cidade do Rio Grande. Foram realizadas entrevistas com atuais funcionários da casa de acolhimento, como também com funcionários que tiveram participação na gênese do abrigo. Através das fontes, foram vistos e pensados os acolhimentos institucionais em nossa sociedade, como mecanismos que possuem outros objetivos que não somente o cuidado de crianças e adolescentes negligenciados, mas como instituições que servem como mecanismos de segurança.

Palavras-chaves: Infância, acolhimento institucional, corpo.

¹Optou-se por não identificar o acolhimento institucional pesquisado, portanto Uletus é um nome fictício.

Abstract

Freitas, Débora Duarte. **Infâncias em situação de acolhimento**. 2012. 110f. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

With interest added the author's personal concerns as a researcher came study "Childhood in host situation" that aims to understand how to produce the host institution in Brazil, especially the host Uletus in Rio Grande – RS. For this have been selected the theoretical field from Michel Foucault, from some methodological tools such as genealogy and discourse. For better development of the research we opted for dismemberment of the dissertation in two articles. The first titled "Host institution: one wrapped of law, bodies and disciplines" aims to understand how emerged the current home institution in Brazil. The text in question talks over laws and documentation that produced this institutions and thus allows us to understand the times that children become targets of surveillance, classification and incarceration in our country. It is tried to demonstrate too, that the host institutions in their beginning aims to civilizing and disciplining in that children are targets for major objectives achievements. In current days the host measure are a protection to children and adolescents, but in the genesis was designated to protect the social order, which could be threatened by these abandoned "minors". The second article, in turn, entitled "The production of bodies and the purpose of a host institution in the city of Rio Grande – RS" try to understand how children bodies have been produced in the host institution Uletus in the city of Rio Grande – RS. In this paper we demonstrated the inconsistency of the social discourse of the time with the birth and reality of a shelter in Rio Grande. Interviews were conducted with current employees of the host, as well as with employees who have participated in the genesis of the shelter. Through the sources, were seen and thought of the host institution in our society as mechanisms that have other goals that not only the care of neglected children and adolescents, but as institutions that serve as security mechanisms.

Keywords: Childhood, Host institution, body.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	09
1. PROJETO DE PESQUISA	15
2. RELATÓRIO DE CAMPO	45
3. ARTIGOS	55
3.1 Acolhimento institucional: um envolvimento de leis, corpos e disciplinas	56
3.2 A produção dos corpos e as finalidades de um acolhimento institucional no município do Rio Grande -RS	74
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
5. NOTAS FINAIS	99
6. PRESS RELEASE.....	102
7. REFERÊNCIAS.....	105

APRESENTAÇÃO

Início² a dissertação explicando aos leitores que este trabalho foi desenvolvido devido à minha proximidade com o tema da infância. Uma aproximação difícil de explicar de onde partiu e em que momento foi desenvolvido maior interesse pelo assunto, mas que, entretanto, trás demasiado prazer quando entro em contato com a proposta. A infância, os corpos dessas crianças, os mecanismos em que estamos envolvidos são extremamente interessantes e importantes para entendermos nossa formação, ou pelo menos, a minha.

Talvez, e provavelmente foi o que aconteceu, o interesse pelo tema tenha surgido pela influência constante da mídia em relação à importância da criança para o mundo. Tentando chegar ao momento em que surgiu esse interesse, me lembrei de um texto de Marise Amaral que abordava as representações existentes no discurso publicitário. Em um determinado momento do texto aparece tal citação:

Nestas redes de comercialização/naturalização de significados, os anúncios publicitários são produções culturais que nos educam e que delimitam nossas experiências mais corriqueiras. Lemos os discursos publicitários sem perceber que eles estão constituindo, juntamente com outras produções culturais, uma *pedagogia perpétua* (Giroux & McLaren, 1995) que nos ensina através das representações que produzem do mundo. (AMARAL, 1997, p.125)

Talvez tenha sido isso, nasci em um período, assim como o acolhimento institucional analisado na pesquisa, de olhar diferenciado em relação à criança e o adolescente. No ano de meu nascimento surgia também a nova Constituição Federal, quando comecei a largar as fraldas o Estatuto da Criança e do Adolescente saia do forno. Enquanto somos constituídos e ensinados a como ser homem, ser mulher, ser uma pessoa bem sucedida, ser responsável e etc.; algumas pessoas acabam sendo mais influenciadas pela responsabilidade em relação ao meio ambiente e eu acabei sendo constituída e mais influenciada pelo discurso da importância de cuidar da criança. A partir desta simpatia também surgiram muitas inquietações. Como uma parcela considerada tão importante sofria tantos abusos? Exploração sexual, trabalho escravo, violência física, negligência... Como eu disse anteriormente, difícil saber de onde surgiu esse interesse pelo tema, mas algumas suposições foram apontadas.

E o Foucault? Autor base dessa pesquisa, que com sua caixa de ferramentas me ensinou coisas tão importantes. Ele, Michel Foucault, já considero de mais fácil

² Nesta parte do artigo utilizei a primeira pessoa, pois é nesta seção que há uma justificativa pessoal pela escolha do trabalho. Nas demais partes da dissertação não serão mais utilizados a primeira pessoa.

explicação, ele “me ganhou” no momento em que me foi explicado o seu conceito de poder. Poder capilar, que produz efeitos positivos, produtor de saber, que se exerce em rede... Que nada é mais físico, nada é mais material que o exercício do poder³! Tão próximo da Educação Física, mas claro que não só dela.

Tudo isso é demasiado interessante para deixar de lado. Claro que existem muitos outros conceitos tão interessantes quanto o de poder. Mas este foi o estopim para um trabalho mais prolongado com o filósofo.

Sendo esses caminhos percorridos que acabaram influenciando minha formação a pesquisa de mestrado também acabou surgindo nesse entremeio. Inicialmente, tentando compreender as relações de gênero e infância dentro de um acolhimento institucional no município do Rio Grande, como é possível observar no projeto de qualificação que segue esta apresentação. No entanto, por sugestão da banca, o recorte para o final deste trabalho se deu em relação à infância nos acolhimentos institucionais. Surgindo o atual problema de pesquisa: *Como se produziram os acolhimentos institucionais no Brasil, especialmente a Uletus⁴, em Rio Grande?*

Seguido do meu projeto de pesquisa se encontra o relatório de campo que apresenta metodologicamente a pesquisa, conceitua a questão dos acolhimentos institucionais e também descreve os documentos e leis escolhidos para fazer parte do *corpus* da pesquisa.

Me antecedo esclarecendo que esta pesquisa não tem como objetivo as grandes teorias universais e sim uma teoria provisória, que será revista, desconstruída e retomada como já foi feito ao longo do seu processo de construção.

O caminho investigativo aqui foi tomando forma ao passo que a própria pesquisa se formava. E para auxiliar neste caminho foi utilizado como autor base da pesquisa, o filósofo francês Michel Foucault.

Nessa perspectiva foucaultiana é necessário sabermos que:

[...] não devemos partir de conceitos, nem devemos nos preocupar em chegar a conceitos estáveis e seguros em nossas pesquisas, já que acreditar que eles tenham tais propriedades é acreditar que a própria linguagem possa ser estável e segura – uma suposição que não faz o mínimo sentido nessa perspectiva. Muito mais interessante e produtivo é perguntarmos e examinarmos como as coisas funcionam e acontecem e ensaiarmos alternativas para que elas venham a funcionar e acontecer de outras maneiras. (Veiga-Neto, 2007, p. 19)

³ Ver Soberania e Disciplina e Poder-corpo em Microfísica do Poder.

⁴ Optou-se por não ocorrer a identificação do acolhimento institucional estudado.

É a partir deste entendimento que foram utilizadas como ferramentas metodológicas a genealogia e o discurso em Foucault.

Após esse relato de campo da pesquisa encontra-se o corpo da minha dissertação que para ser explorada da melhor forma e atender ao problema da pesquisa foi preciso dividi-la em dois (2) artigos. Cada artigo tem um enfoque, que apesar de serem independentes, acabam por se complementar. O primeiro tem como objetivo entender como surgiram os atuais acolhimentos institucionais no Brasil, bem como compreender quais leis e documentações produziram essas instituições.

Neste artigo foi realizada uma análise desde o descobrimento do Brasil até a atualidade. Para auxiliar no entendimento de como acabaram por se constituir esses acolhimentos institucionais de hoje, foram utilizados leis e documentos de diferentes períodos. Apesar de o artigo seguir uma linha o mais próximo da ordem cronológica, é sabido que a história não é linear. Pelo contrário, ela sofre diversos atravessamentos e justaposições em seu percurso. Neste artigo, com o auxílio do autor Michel Foucault, constantemente vai se demonstrando a dicotomia que o movimento em torno da criança vai sofrendo. Sua constante semelhança com os ameaçadores da ordem que levam essas instituições, que passaram por diversas nomenclaturas (asilos, casas de misericórdia, colônias entre outros), a se assemelharem a instituições carcerárias. Nesse envolvimento de dualidades é que os acolhimentos como medida de proteção se formaram e se constituem hoje.

Já o segundo artigo teve por objetivo perceber como vêm sendo constituídos os corpos infantis no Acolhimento Institucional Uletus do município do Rio Grande no RS. Neste texto é utilizado o exemplo do acolhimento Uletus para corroborar com o entendimento do objetivo disciplinar que essa instituição possui. Para um maior fortalecimento da escrita foram utilizadas entrevistas semiestruturadas com funcionários do período atual, como também com aqueles que participaram do processo inicial da casa.

Através do discurso desses entrevistados é possível observar como são constituídos corpos infantis que são envolvidos em objetivos de completa proteção, mas que ao mesmo tempo ficam a mercê de uma sociedade que visa o gerenciamento dos corpos de forma cada vez mais profunda e eficaz. Sendo assim, a medida de proteção acaba por não alcançar seu objetivo de assegurar direitos e garantir o pleno desenvolvimento dessas crianças; esses acolhimentos acabam sim

por garantir que as crianças sejam minimamente ensinadas, enquadradas, disciplinadas e, por fim, normalizadas.

Atitudes como essas podem ser pensadas como passos rumo à segurança, a ordem, ou seja, ao menor risco social. Rumo a uma sociedade:

[...]em que cada um é capaz de constranger seus ímpetos naturais a partir de dentro para fora, em que cada um é capaz de pensar, avaliar e censurar previamente suas ações, de modo a direcioná-las positiva, produtiva e disciplinadamente, deverá ser uma sociedade mais segura, mais humana, mais civilizada e mais feliz. (VEIGA-NETO, 2003, p.12)

Por isso, as instituições acabam por ter um papel fundamental na sociedade em que nos encontramos. O acolhimento institucional é só mais uma delas, que acabam por auxiliar na disciplina, no autocontrole dos indivíduos e no encaminhamento de corpos para a docilidade, disciplina e adestramento.

Após os artigos trago uma consideração final acerca da dissertação. Pretendi com esta pesquisa problematizar a questão dos acolhimentos institucionais no Brasil de forma a refletirmos sobre mais esse mecanismo de segurança presente em nossa sociedade e que com isso possamos, nem que seja da forma mais ínfima, desestabilizar algumas verdades dadas como naturais e/ou absolutas.

Por fim, ainda seguem-se mais três itens após as considerações finais: as notas de finais em que tento apresentar ao leitor o movimento dessa fase final do curso de mestrado em minha vida. O Press Release que é um resumo para o público sobre a dissertação de forma geral. E as referências utilizadas em todo o trabalho e não somente as utilizadas nos artigos.

1. PROJETO DE PESQUISA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA
COLEGIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA



**INFÂNCIAS EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: UMA ANÁLISE
ACERCA DO CORPO E DO GÊNERO**

Débora Duarte Freitas

Orientador: Dr. Márcio Xavier Bonorino Figueiredo

PELOTAS, 2010.

Banca examinadora:

Dra. Irma Rizzini

Dr. Luiz Carlos Rigo

Dra. Paula Correa Henning

Sumário

INTRODUÇÃO	18
REFERENCIAL TEÓRICO	20
METODOLOGIA	38
CONSIDERAÇÕES.....	40
REFERÊNCIAS	42

Introdução

Desde pequena, gostei de coisas consideradas socialmente como de “meninos”. Na volta da minha casa só tinha meninos para eu brincar e por isso sempre fui bem agitada e das atividades da rua. As brincadeiras eram as mais diversas. Com bola posso citar os preferidos: taco, bolinha de gude e futebol (é claro, paixão nacional e pessoal). O futebol variava - três dentro três fora, toque toque gol, chute a gol e o mais requisitado, jogos de dupla. Depois ainda tinha outras atividades como o esconde esconde, pega pega, subir em árvore. E ainda tinha os de roda: bicicleta, roller, skate, patinete. Fora a fase das arminhas de pressão. Claro que eu tinha bonecas, mas dificilmente brincava com elas. E minha cor preferida, não era a rosa e sim a azul cor do meu time (Grêmio).

Desta forma demonstro que as questões de gênero sempre estiveram presentes na minha vida, pois desde pequena fui considerada “muleca”. Na adolescência pouca coisa mudou: roupas largas, futebol permanece, sem tons rosas e lilás.

Tive a oportunidade de observar e sentir na pele como uma mulher relacionada ao futebol ainda é um tema polêmico. No ano de 2008, fui chamada para ser auxiliar do preparador físico⁵ do RiograndenseFootball Club, muito conhecido como Guri Teimoso. Na coletiva de imprensa já começou as perguntas do tipo “Como tu te sentes em ser a segunda mulher preparadora física de um time de futebol profissional?” E após houve várias entrevistas que perguntavam se os jogadores me respeitavam, como era nos vestiários e coisas do tipo. Estas reações mostram como a mulher ainda perde alguns espaços na sociedade e que quando conquistados geram bastante espanto.

Ou seja, as questões de gênero são muito próximas da minha vida, fazendo com que eu me interessasse em problematizar como se produz/fabrica a constituição do gênero em acolhimentos institucionais.

Além disso, sempre me interessei por temas sociais e políticos. Grande influência da minha mãe, já que esta sempre foi uma pessoa muito justa. Crescendo sendo tratada como adulto o que estimulava a maturidade. Dentro dos assuntos de cunho social, sempre me interessei mais pelos que eram drásticos como, a exploração infantil, mão de obra escrava, pessoas abaixo da linha da pobreza entre

⁵Acabei me tornando preparadora física, pois o preparador de verdade nunca apareceu.

outros. Creio eu, por considerar que assuntos como esses chocam (ou pelo menos deveriam chocar) qualquer ser humano.

Por isso, a minha conexão com o tema das crianças em situação de abandono. Por considerar que em pleno século XXI estamos em um processo de desumanização tão grande. E as crianças dos acolhimentos são provas vivas disso.

Já na graduação, nos primeiros semestres não me adaptei muito bem. Meus colegas eram um pouco diferentes do que imaginei. “Choravam” para ler uma miséria de páginas, não gostavam de debater temas importantes e assim por diante. Tive vontade de desistir, mas não pude. Então, segui. No segundo ano de faculdade éramos obrigados a escolher um PCC (prática do componente curricular). Já que eu era de Rio Grande, escolhemos um PCC que os horários não fossem fixo. E o que mais se adequava era o Acervo das Memórias Infames coordenado pelo professor doutor Luiz Carlos Rigo. Com ele tive oportunidade de ser bolsista e me inserir e me interessar um pouco mais pelas possibilidades que a universidade proporcionava. Comecei a realizar algumas pesquisas e depois de um tempo tive oportunidade de conhecer um autor que atualmente é de grande interesse meu - Michel Foucault.

Nessa vontade de entender os enquadramentos sociais e como a sociedade é injusta com muitas pessoas nasceu minha vontade de pesquisar algum tema perto disso. E assim, creio eu, formou a atual Débora que tem interesse em pesquisar como é constituído o corpo e o gênero das crianças abrigadas de uma casa na cidade de Rio Grande no RS.

Essa Débora hoje que é perpassada por diversas ideologias e formações discursivas, acredita que a verdade é temporária, e que assim através dessa condição efêmera das palavras é que um dia a sociedade possa vir a ser justa e digna para as pessoas que nela habitam.

A seguir apresento os referenciais em que me apoio e que podem contribuir numa coleta e análise de dados mais coerente. Escolhi estudar sobre a infância as contribuições de Irene Rizzini, Irma Rizzini, Eva Faleiros, Esther Arantes e Arno Vogel. Nos estudos de gênero optei por Guacira Lopes Louro, Silvana Goellner. Por já ter experiência em estudos foucaultianos⁶ e por ter trabalhado com a análise de

⁶Através de uma bolsa de iniciação científica tive meus primeiros contatos com a obra de Foucault.

discurso⁷ busco uma análise das relações entre gênero, corpo e infância junto a um grupo de crianças 2 a 12 de uma casa de acolhimento.

2. Referencial Teórico

A seguir apresentarei o histórico das infâncias abandonadas no Brasil. Essa retomada através do tempo é necessária para compreendermos melhor como as políticas de infância que assolam o Brasil ainda hoje guardam resquícios das decisões do passado. A partir desse levantamento pode-se perceber que a internação no Brasil sempre foi uma prática recorrente e que as políticas para a infância não foram aplicadas para que houvesse uma diminuição da desigualdade social que acompanha o país desde sua “descoberta” e sim para adestramento e controle dessa população que era vista em um discurso ambíguo (futuro x ameaça).

Após há uma articulação com o autor Michel Foucault, trazendo para a pesquisa suas contribuições em relação a como o controle social se dá através dos corpos das pessoas e como as relações de poder se manifestam na nossa sociedade.

Por último, o conceito de gênero e alguns importantes aspectos da necessidade de desmistificar a dicotomia masculino/feminino presentes na sociedade.

Este referencial teórico é fundamental para o desenvolvimento dessa pesquisa para compreendermos algumas relações que existem e perpassam nossas vidas, mas que, entretanto, muitas delas não são naturais e sim construídas culturalmente.

2.1 Sobre infância

Logo após o descobrimento houve uma necessidade de governar os povos que aqui viviam para, então, o governo português usufruir das riquezas naturais que aqui existiam. No entanto, há dúvida era de como eles iriam conseguir governar um povo que segundo Barléu (1974, p. 22 apud Arantes, 2009) não tinham “fé, lei e rei”?

⁷Estas experiências fizeram parte do curso de especialização *Linguagem, Cultura e Educação: uma interface teórico-prática na escola*, que cursei em 2009.

Assim, os jesuítas entraram em ação para converter os índios a virarem cristãos e implementarem assim a medicina da alma. Os objetivos dos jesuítas eram “Que se dobre o infiel ao reconhecimento da verdade única, ainda que isto signifique negar a sua própria existência. Que se transforme em súdito de El-Rei de Portugal e que se regozije, mesmo que na condição de escravo.” (ARANTES, 2009, p.161)

Logo, eles perceberam que as crianças eram mais fáceis de converter por serem consideradas mais dóceis. Após, converterem os filhos dos gentios, eles usavam essas crianças para a catequização dos outros índios assim esses serviriam de exemplos aos outros como também facilitariam a comunicação.

Desta forma, os jesuítas foram os primeiros educadores do Brasil. Em 1585 já havia três colégios e cinco casas que passavam ensinamentos ao povo brasileiro. Os jesuítas como educadores perduraram por mais de duzentos anos no Brasil, só havendo quebra no governo de Marquês de Pombal em 1755. (ARANTES, 2009)

A história do abandono no Brasil não é recente, muito pelo contrário iniciou-se praticamente junto com a história do Brasil. As crianças mestiças (filhos de portugueses com índias) em geral eram abandonadas, além das crianças que perdiam seus pais e se tornavam órfãs sem ninguém para cuidar delas. As crianças eram deixadas na frente das igrejas, conventos e muitas vezes como Orlandi (1985, p. 75) lembra “(...) eram frequentemente devoradas por cães, porcos ou outros animais. Outras vezes, morriam de fome ou de exposição aos elementos.” (in ARANTES, 2009)

Para essas crianças abandonadas foi pensado em um dispositivo chamado a Roda dos Expostos. As crianças eram colocadas nessas rodas e após o dispositivo deveria ser girado, largando a criança do lado de dentro da casa. Esse dispositivo tinha como objetivo manter em segredo a identidade dos cidadãos que abandonavam os pequenos.

Em 1726, foi criada a primeira roda no Brasil na Bahia. Depois, em 1738 foi criada uma no Rio de Janeiro e a do Recife em 1789.

De acordo com “Russell – Wood, a responsabilidade da Santa Casa com o enjeitado ia até 3 anos, porém o Alvará de 1775 refere-se à assistência prestada pela Misericórdia até 9 anos, situação que o Alvará modifica, reduzindo-a até os 7 anos.” (FALEIROS, 2009, p. 214)

Faleiros (2009) demonstra que após os sete anos a criança dependia de uma família que se propusesse a criá-la. Os meninos eram encaminhados para algum

ofício ou seminários. Já as meninas trabalhavam como empregadas domésticas em troca de seu sustento ou então eram encaminhadas à Casa de Recolhimento (onde recebiam dotes para o casamento).

Como se pode observar a criança deixa de ser enquadrada nesta categoria muito cedo. E deve buscar e prover o seu sustento da maneira como conseguirem.

No entanto, a Roda dos expostos começou a ser criticada por atingir objetivos opostos aos que se propunha. As crianças que eram retiradas da rua para não morrerem acabavam morrendo após o recolhimento.

Maria Graham escreveu em 1821 que:

[...] A primeira vez que fui à Roda dos Expostos (do Rio de Janeiro) achei sete crianças com duas amas; nem berços, nem vestuário. Pedi o mapa e vi que em treze anos tinham entrado perto de 12.000 e apenas tinham vingado 1.000, não sabendo a Misericórdia verdadeiramente onde se achavam. (apud FALEIROS, 2009, p.215)

O descuido com os expostos eram enormes e por isso o alto índice de mortalidade. O governo como Faleiros (2009, p.217) demonstra “nunca assumiu verdadeiramente o financiamento desta assistência”. Este assunto gerava muito atrito por parte da Coroa e da Irmandade. Pois, na verdade o Brasil era visto como terra de espólio e de exploração. Faleiros (2009, p. 216) afirma:

O Brasil, enquanto colônia, dependia de decisões da Corte portuguesa, que se mostrou mais do que omissa no enfrentamento da questão da infância abandonada e pobre. Os interesses da Coroa no Brasil e dos portugueses que para cá vieram eram meramente econômicos, de espoliação, e por meio da escravidão estabeleceu-se no país um modelo de desprezo pela vida.

Como podemos perceber o descaso pela condição de vida do povo e, em especial, das crianças que aqui se encontravam eram grandes. Muito cedo as poucas crianças que conseguiam sobreviver às condições de vida degradante a que eram expostas, tinham que ir trabalhar para assim pagar a “dívida” que haviam feito com o governo por eles terem sustentado e cuidado deles enquanto menores.

Em síntese, no Brasil Colônia, apesar da necessidade de povoamento não se percebe um política populacional. Foi um período de desvalorização da criança, inclusive de sua existência e vida. As crianças e adolescentes escravos eram considerados mercadoria (cara) e sua mão-de-obra explorada. Os expostos, recolhidos e assistidos pelo sistema de Roda ao final de suas diferentes etapas, eram conduzidos (os poucos sobreviventes) ao trabalho precoce e explorado, pelo qual ressarciam seus “criadores”, ou o Estado, dos gastos feitos com sua criação. (FALEIROS, 2009, p. 220)

Já no período republicano houve algumas modificações favoráveis na maneira como pensar as crianças. Rizzini (2009, p. 225) aponta como novos horizontes

Em primeiro lugar, um ardoroso combate a práticas identificadas com o atraso, como o enclausuramento junto aos adultos dos chamados menores vadios, vagabundos, viciosos e delinquentes, todos apreendidos pelas ações policiais de “limpeza” das ruas das cidades.

Em seguida, as críticas ao caráter de clausura destes “depósitos”, sem as finalidades de regeneração, recuperação e reeducação dos internos, que os tornassem úteis à sociedade.

Nesta época, os policiais eram responsáveis pelo recolhimento dos jovens já que no início do século XIX ainda não havia sido implementado um juizado de menores. O surgimento dos reformatórios se deu nas duas primeiras décadas da república. Essa mudança de asilos para casas de reforma se deve a preocupação e a mudança na percepção de resgate da infância.

Em 1893, foi tomada a primeira medida para recolha e isolamento dos “vagabundos”. O governo através do Decreto n. 145, de 11 de julho de 1893, permitiu a fundação de uma colônia correcional para a correção através do trabalho. (RIZZINI, Irma, 2009)

A Lei n. 947, de 29 de dezembro de 1902, também vem reforçar a resolução do problema da vadiagem através das colônias correccionais. (idem, ibidem)

No entanto, as colônias passaram a receber várias críticas por misturarem adultos de ambos os sexos com menores de idade. Além de ter um caráter altamente repressivo. Irma Rizzini (2009, p. 229) mostra que “Desse modo, a colônia, instalada numa ilha, atendia às finalidades de sanear a cidade e isolar os indesejáveis. Ao mesmo tempo, no entanto, agredia aos novos ideais da assistência, para qual a promiscuidade e a ociosidade eram qualificações intoleráveis.”

Irene Rizzini (2006) diz que “ao contrário do que muitos afirmam, o Brasil investiu e muito na criança. No entanto, este investimento não visava atenuar a profunda desigualdade social que sempre caracterizou o país.” (p.01)

A autora destaca que, na passagem do século XIX para o XX, o discurso de salvação da criança era ambíguo já que a criança era vista como “ora em perigo, ora perigosa”. (ibidem, p.05) Nessa época a meta era combater a grande quantidade da população que era ociosa, portanto o objetivo era transformar esse contingente em elemento útil para a nação.

Nesta passagem de século, havia uma necessidade de organização social, pois o país passava por mudanças significativas na sua história, como a abolição da escravidão (1888) e um ano depois a Proclamação da República. Além disso, o desenvolvimento urbano encontrava-se em extremo progresso. Sendo assim, um país em desenvolvimento e com objetivos de se tornar potência não deveria ter suas cidades ligadas ao crime, à vadiagem, a desordem entre outros.

As crianças (pobres), neste cenário, passam a ser um problema social grave que requer intervenção. Por isso, “A intervenção do Estado junto a esse segmento da infância era defendida como uma ampla *‘missão saneadora, patriótica e civilizatória’* em prol da reforma do Brasil.” (RIZZINI, Irene, 2006, p. 08) Grifo da autora

Portanto, neste âmbito fica claro que salvar a criança é um ato em favor da nação. As dicotomias (em perigo *versus* perigosa; esperança *versus* ameaça) que circundavam a infância também ganha força no aspecto jurídico que ao utilizar o termo “menor” diferencia a categoria infância em duas possibilidades: a da criança pobre e a da criança perigosa/criminosa.

O discurso do trabalho será muito utilizado nessa época, pois este é considerado dignificador do ser humano e assim as pessoas que antes eram ameaça a ordem social passam a serem braços úteis para a nação.

A criança era vista como algo a ser moldada e vigiada, ou seja, cuidado com a infância era sinônimo de vigiar, moralizar e civilizar. “Cuidar da criança e vigiar a sua formação moral era salvar a nação” (RIZZINI, Irene, 2006, p. 15)

A luta contra a ociosidade seria o foco das políticas destinadas à infância neste período, pois o trabalho e a regeneração através da educação vão ser considerados instrumentos chave para o resgate desses inválidos. Além disso, o trabalho era uma forma de controlar corpo e mente. Através do trabalho o menor ocupava mente e se desviava das coisas que poderiam acarretar-lhe algum mal.

Já em relação à educação, pode-se observar, como Irene Rizzini destaca que:

[...]o objetivo não era realmente tirar da ignorância a massa da população. Falava-se repetidamente em educar, mas com um sentido particular – como antídoto à ociosidade e à criminalidade e não como instrumento que possibilitasse melhores chances de igualdade social. (2006, p. 23)

A autora ainda destaca “Aos menores, a instrução mínima que permitisse domesticá-los para o uso de sua força de trabalho.” (2006, p.24)

Pode-se perceber então que as políticas implementadas, visavam o adestramento e a utilização da infância como força de trabalho e, portanto, elemento de utilidade ao país.

Nesta mesma época inicia-se o debate de que o Estado não deve intervir somente nas políticas de assistência como também em outras instituições que também eram consideradas corrompidas – a família. (RIZZINI, Irma 2009)

Somente com a criação do Juízo de Menores em 1923 é que houve uma centralização no atendimento ao menor. No entanto, foi no Estado Novo que essa centralização se deu de forma concreta.

Irma Rizzini demonstra que Vargas em um dos seus discursos demonstra as grandes preocupações que a elite tinha em relação à assistência à infância, “tais como a utilização de critérios científicos no atendimento, a aliança entre os setores público e privado, a defesa da nacionalidade, a vergonhosa mortalidade infantil das cidades brasileiras e a formação de uma raça sadia, de cidadãos úteis.” (2009, p. 247)

O discurso higienista⁸ na Era Vargas foi muito forte, pois a nação precisava de homens que correspondessem aos ideais da época. É através dos hábitos higiênicos, do rigor com o corpo, a educação moral e cívica que o país estaria construindo pessoas sadias que auxiliariam o Brasil a se tornar uma potência.

A Educação Física participou de forma fundamental no controle dos corpos. Bracht demonstra, na época do movimento higienista, como o corpo era igualado a uma estrutura mecânica:

O corpo aqui é igualado a uma estrutura mecânica – a visão mecanicista do mundo é aplicada ao corpo e a seu funcionamento. O corpo não pensa, é pensado, o que é igual a analisado (literalmente, “lise”) pela racionalidade científica. Ciência é controle da natureza e, portanto, da nossa natureza corporal. A ciência fornece os elementos que permitirão um controle eficiente sobre o corpo e um aumento de sua eficiência mecânica. Melhorar o funcionamento dessa máquina depende do conhecimento que se tem de seu funcionamento e das técnicas corporais que construo com base nesse conhecimento. (1999, p. 05)

Além disso, Bracht demonstra formas de ações de controle que envolvem o corpo para que este obedeça aos interesses econômicos da nação:

[...]esse entendimento de ser humano tem bases concretas na forma como o homem vem produzindo e reproduzindo a vida. Nesse sentido, o corpo sofre a ação, sofre várias intervenções com a finalidade de adaptá-lo às exigências das formas sociais de organização da produção e da

⁸A partir de 1926 começam a aparecer os projetos de eugenia.

reprodução da vida. Alvo das necessidades produtivas (corpo produtivo), das necessidades sanitárias (corpo “saudável”), das necessidades morais (*corpo desertizado*), das necessidades de adaptação e controle social (*corpo dócil*). O déficit de dignidade do corpo vinha de seu caráter secundário perante a força emancipatória do espírito ou da razão. Mas esse mesmo corpo, assim produzido historicamente, repunha a necessidade da produção de um discurso que o secundarizava, exatamente porque causava um certo mal-estar à cultura dominante. Grifo meu. (ibidem, p. 02)

Assim, é possível perceber que a intenção do governo era controlar da melhor forma as pessoas para que assim o Brasil potência pudesse ser construído. E é claro, que os “desvalidos” não eram bem vistos e por isso era tão importante enquadrá-los. Assim, evitava-se a perturbação da ordem social e ainda ganhavam-se braços trabalhadores que sustentariam um país que se encaminhava para o desenvolvimento.

Um importante aspecto, é que meados da década de 20, começa a ser pensado que somente o aspecto moral já não dava conta da complexidade que o universo da infância trazia consigo. (RIZZINI, Irma, 2009) Começa a crescer outros aspectos, como as causas sociais, econômicas, psíquicas entre outras. No entanto, a prática de internamento ainda permanecia forte.

Essa prática desenfreada de internamento causava muitos problemas. Em relação ao Juízo de Menores, o que podia se perceber como questão mais agravante de suas políticas era a falta de estabelecimentos que dessem conta de toda a população de menores que eram retirados das ruas.⁹

É no âmbito da Era Vargas que há uma política mais delimitada em relação à proteção e a assistência da infância, representada pela criação de órgãos federais que atendiam duas categorias de infância que agora estavam definitivamente separadas: o menor e a criança. (RIZZINI, Irma, 2009)

Em 1941, é criado o Serviço de Assistência aos Menores (SAM) que, inicialmente, era um órgão que iria centralizar as políticas de assistência ao menor e a partir de 1944, se instalaria em âmbito nacional. Sendo assim, com o SAM o atendimento foi retirado do sistema jurídico (parcialmente).

O SAM na década de 50 havia se espalhado pelo Brasil. Assim como as outras instituições começou a receber duras críticas devido a inúmeras irregularidades que apresentava.

⁹Em 1937, foi criada a Delegacia Especial de Menores Abandonados. Essa era responsável pela “limpeza” das ruas, ou seja, faziam a apreensão dos menores abandonados.

Irma Rizzini (2009, p. 266) diz que o SAM:

[...]no imaginário popular, alcançou uma fama tal que automaticamente nos remete à imagem de uma enorme estrutura cuja atuação representava mais uma ameaça à criança pobre do que propriamente proteção. “Escola do Crime”, “Fábrica de Criminosos”, “Sucursal do Inferno”, “Fábrica de Monstros Morais”, “SAM – Sem Amor ao Menor”, são representações que o órgão adquiriu com o tempo, notadamente a partir da década de 1950.

As críticas continuam e após a extinção do SAM, surge em 1964, em plena ditadura militar, a FUNABEM - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. Esta instituição pretendia se opor ao antigo regime do SAM. “Pensava-se desse modo, afastar o fantasma da burocracia e da corrupção, que tinha caracterizado o funcionalismo do SAM” (VOGEL, 2009, p. 288)

A partir da década de 60, torna-se indiscutível a questão social existente no país. O grande processo de urbanização que o país sofreu fez com a expansão da pobreza fosse concomitante ao surgimento das regiões metropolitanas. (VOGEL, 2009)

A discussão e a preocupação em relação à família começam a aumentar e é a partir de 65 que a questão da internação é criticada. Vogel afirma que é “Por esse motivo, a estratégia adotada pela FUNABEM tinha de romper com as práticas repressivas do fracassado dispositivo de controle social, erigido pelo SAM” (2009, p. 294) A Fundação passava então a agregar ao seu público alvo, a família do menor.

A FUNABEM tinha como característica principal o repasse de recursos. Para que esses recursos chegassem a nível local surgiram então as FEBEMs – Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor. Com a criação dessas fundações estaduais, além dos repasses financeiros era necessário também, padronizar as FEBEMs para que essas seguissem o modelo da fundação.

Os dez primeiros anos da FUNABEM foram considerados positivos, no entanto isto não durou muito. Pois logo pode-se perceber que os prejuízos por causa da marginalização haviam aumentado. Um dos argumentos da fundação foi que as atividades se restringiam ao Rio de Janeiro especificamente e que não se dispunha de recurso suficiente para enfrentar um problema de tão grande dimensão.

Na década de 80 foi uma época de grandes mudanças para o atendimento a infância.¹⁰ De 80 a 82 houve a falência da FUNABEM.

E, com ela, a definitiva inviabilidade, seja da concepção híbrida do atendimento (correcional – repressivo e assistencialista), seja dos seus parâmetros de gestão centralizadora e vertical, que visam a reprodução estereotipada de padrões uniformes de atenção direta ao menor, representado como um feixe de carências. (VOGEL, 2009, p. 308)

Já em 82 a 84, há uma revisão das experiências que foram bem sucedidas no atendimento a criança. De 84 a 86, há uma nova identidade política “consubstanciada na Coordenação Nacional do Movimento de Meninas e Meninos de Rua, constitui-se em oposição à ‘doutrina de situação irregular’” (ibidem, p.309)

No final da década, a Constituição de 1988 realiza um marco por abranger a questão da criança e do adolescente e culmina com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069, em 13 de julho de 1990) que muda a visão da concepção da infância para um sujeito de direitos, oferecendo as crianças proteção integral.¹¹

Pode-se perceber então que a história da política da infância no Brasil, trás no seu bojo o caráter repressivo e manipulador. Nosso país sempre aplicou políticas paliativas que não tendem a diminuir a desigualdade social e sim converter/submeter corpo e mente a objetivos que auxiliam na manutenção da ordem vigente.

A partir desse caráter de manipulação e controle do corpo trazemos a discussão que o autor Michel Foucault faz sobre o corpo em nossa sociedade. O autor considera a atualidade uma sociedade disciplinar em que o corpo sofre um controle constante e minucioso. Assim, será trazido uma discussão para melhor entendimento do tema da pesquisa.

2.2 Foucault e suas contribuições

Foucault produziu durante sua vida obras de diversos assuntos, o que possibilitou uma pluralidade de contribuições para diversas áreas do pensamento.

¹⁰Na verdade, é uma época de grandes mudanças pedagógicas. Foi nesse período que começa as críticas na Educação Física sobre a característica essencialmente desportiva. Nessa época também surgem as ONG's no Brasil e um sentimento de voluntariado.

¹¹ Pelo menos garante na lei, já que ainda hoje, após 20 anos do Estatuto as crianças ainda não usufruem completamente seus direitos.

Uma característica que Foucault (1979) apresenta em sua analítica é “o caráter local da crítica” (p. 169) O autor não trabalha com teorias totalitárias e/ou globais.

Neste trabalho nos focaremos nos conceitos que possibilitam entender o que vivemos na nossa sociedade agora; que o autor considera como uma sociedade disciplinar. Para isso as contribuições ao nível social, como o conceito de poder devem ser trazidas para a discussão. Foucault demonstra em diversos dos seus trabalhos um conceito de poder diferente daquele conhecido ao senso comum.

Fim do século XVIII e início do século XIX, Foucault diz que se inicia a “sociedade disciplinar”, devido à reestruturação do sistema judiciário e penal nos diferentes países da Europa e do mundo. Esta reestruturação penal pode ser encontrada em três autores, principalmente, Beccaria, Bentham, Brissot. Esses autores tinham três princípios de como considerar a lei:

1º - Para que haja uma infração antes deve haver uma lei. Condutas que não fossem previstas em lei não poderiam configurar um ato infracional.

2º - Uma lei deve ser algo útil à sociedade. Ou seja, a utilidade tem caráter negativo por configurar algo nocivo a sociedade.

3º - Há a definição do crime, como algo que danifica, perturba a sociedade.

Claro que devido ao fato de haver uma definição de crime, por consequência se define também o criminoso como um inimigo da sociedade.

Portanto, “A lei penal deve reparar o mal ou impedir que males semelhantes possam ser cometidos contra o corpo social.” (FOUCAULT, 2003, p.82)

Para os males existiam quatro tipos possíveis de punição: uma das possibilidades era banir ou exilar os indesejados; segundo, poderia haver punição no nível da humilhação, do escândalo; terceiro, uma maneira de reparar o dano causado através do trabalho forçado; e por último, “Pena do Talião”: olho por olho, dente por dente. (FOUCAULT, 2003) No entanto, há um desvio da lei em relação esses aspectos teóricos, surgindo então outro tipo de punição – o aprisionamento.

É no início do século XIX que surge a prisão como possibilidade de controle. Foucault (2003) diz que

Entramos assim na idade do que eu chamaria de ortopedia social. Trata-se de uma forma de poder, de um tipo de sociedade que classifico de sociedade disciplinar por oposição às sociedades propriamente penais que conhecíamos anteriormente. É a idade de controle social. (p. 86)

É nesse mesmo início de século que surgem outras instituições para esse auxílio de controle do indivíduo como as instituições pedagógicas, a polícia, entre outros.

Essa mudança de perspectiva se deu pelas modificações sociais que ocorriam na época, Foucault no seu livro *A verdade e as formas jurídicas* exemplifica através de dois países; Inglaterra e França

Parece-me que a origem disso se encontra em uma prática extra-penal. Na Inglaterra foram os próprios grupos que, para escapar ao direito penal, se atribuíram instrumentos de controle que foram finalmente confiscados pelo poder central. Na França, onde a estrutura do poder político era diferente, os instrumentos estatais estabelecidos no século XVII pelo poder real para controlar a aristocracia, a burguesia e os amotinadores foram reutilizados de baixo para cima por grupos sociais. (p. 99-100)

Foucault (2003) destaca que a mudança na forma de produção fez com que o Estado tomasse para si essas formas de controle. A acumulação da riqueza não se dava mais de forma, essencialmente, monetária. A partir do século XVIII começam as estocagens de matéria-prima, produtos e etc., esta nova forma de riqueza estava exposta a depredação e ao ataque pela massa de desempregados que existia, por isso a necessidade da criação dos grupos policiais. Além disso, o autor também destaca que os grandes campos desertos que antes existiam agora viraram espaços fragmentados em que cada um pode ser exposto a depredação.

É através dessa nova organização econômica e espacial que os novos meios de controle social surgem e assim se caracteriza a sociedade disciplinar.

Em que se caracteriza então a sociedade disciplinar?

A sociedade disciplinar tem características bem diferentes da sociedade monárquica/feudal. Na sociedade disciplinar há um poder que age nos corpos dos indivíduos, um poder individualizante. É um poder mais sutil, no entanto mais eficaz, principalmente em dois aspectos principais: o de custo e o de eficiência. Em relação ao custo, Foucault destaca que “na verdade, não se exerce (o poder) sem que custe alguma coisa.” (1979, p. 217)

Em se tratando do custo, existem dois tipos: o econômico e o político. Econômico delimita as questões de quantos vigias serão necessários para manter a ordem e assim por diante. Já o político está mais relacionado à eficiência. Pois se a violência for demasiada poderá haver revoltas, se for descontinuada poderá haver desenvolvimentos neste intervalo. (FOUCAULT, 1979)

Na sociedade monárquica era o poder violento e caro que se manifestava. Já na sociedade disciplinar, não. Pois esta não se baseia na violência, na agressão física e sim em um olhar, numa vigilância constante. É um poder que Foucault não caracteriza como soberano e sim disciplinar. Tem o princípio que Bentham traz quando menciona o *Panopticom*. Este possui três aspectos fundamentais - o da vigilância, o do controle e o da correção.

Foucault descreve o Panopticom como:

[...]era um edifício em forma de anel, no meio do qual havia um pátio com uma torre no centro. O anel se dividia em pequenas celas que davam tanto para o interior quanto para o exterior. Em cada uma dessas pequenas celas, havia segundo o objetivo da instituição, uma criança aprendendo a escrever, um operário trabalhando, um prisioneiro se corrigindo, um louco atualizando sua loucura, etc. Na torre central havia um vigilante. Como cada cela dava ao mesmo tempo para o interior e para o exterior, o olhar do vigilante podia atravessar toda cela; não havia nela nenhum ponto de sombra e, por conseguinte, tudo o que fazia o indivíduo estava exposto ao olhar de um vigilante que observava através de venezianas, de postigos semi-cerrados de modo a poder ver tudo sem que ninguém ao contrário pudesse vê-lo. [...] O Panopticom é a utopia de uma sociedade e de um tipo de poder que é, no fundo, a sociedade que atualmente conhecemos – utopia que efetivamente se realizou. (2003, p.87)

É por se tratar basicamente do olhar que é tão mais barato e eficiente. Contudo, é necessário deixar claro, que ninguém se escapa desse olhar vigilante. É um poder desconfiado.

A partir deste ponto, após termos visto como a sociedade disciplinar surge e age, podemos partir para outra contribuição fundamental do autor tanto para a sociedade como para esta pesquisa. Parte-se para as características que o poder tem para Foucault, já que não é o mesmo poder do marxismo ou do senso comum.

Para Foucault o poder não é descendente, ou seja, que parte do Estado para a sociedade. Não é algo que se pode ter; o poder para ele se exerce.

No seu livro *Microfísica do poder*, Foucault (1979) coloca suas preocupações metodológicas que tem relação direta com o poder. Essas cinco preocupações permitem entender de que perspectiva de análise o autor está escrevendo:

1º - “Trata-se [...] de captar o poder em suas extremidades, em suas ramificações, lá onde se torna capilar”. (p. 182) Para o autor, cabe analisar de que forma o poder é exercido no âmbito local.

2º - Não tentar observar qual a finalidade ou quem possui o poder e sim que corpos que esse poder constitui.

Portanto, não perguntar porque alguns querem dominar, o que procuram e qual é sua estratégia global, mas como funcionam as coisas ao nível do processo de sujeição ou dos processos contínuos e ininterruptos que sujeitam os corpos, dirigem os gestos, regem os comportamentos, etc. em outras palavras, ao invés de perguntar como o soberano aparece no topo, tentar saber como foram constituídos pouco a pouco, progressivamente, realmente e materialmente os súditos, a partir da multiplicidade dos corpos, das forças, das energias, das matérias, dos desejos, dos pensamentos, etc. (p. 182-183)

3º - O poder deve ser percebido como algo que funciona em rede e por isso só funciona em cadeia. “Não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo”. (p.182)

O poder não é simplesmente aplicado aos indivíduos. “o indivíduo não é o outro do poder: é um de seus primeiros efeitos. O indivíduo é um efeito do poder e simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão.” (p. 182-183)

4º - O poder deve ser analisado de forma ascendente. Deve-se analisar como ele atua nos níveis mais baixos.

5º - O poder é muito mais do que a formação de uma base ideológica.

São instrumentos reais de formação e de acumulação do saber: métodos de observação, técnicas de registro, procedimentos de inquérito e de pesquisa, aparelhos de verificação. Tudo isto significa que o poder, para exercer-se nestes mecanismos sutis, é obrigado a formar, organizar e por em circulação um saber, ou melhor, aparelhos de saber que não são construções ideológicas. (p. 186)

Portanto, é um poder que não tem território próprio. Não está em um único lugar como acreditam os marxistas. É um poder individualizante e que, no entanto, ninguém se escapa. Por isso é tão eficiente. O poder disciplinar não é um poder soberano.

Esse poder faz parte da nova mecânica da sociedade que age nos corpos dos indivíduos; o corpo vira alvo do poder: “corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam” (FOUCAULT, 2009, p. 132)

É na dominação do corpo que as disciplinas se tornaram no século XVIII mecanismo comum de dominação.

A modalidade, enfim: implica numa coerção ininterrupta, constante, que vela sobre os processos da atividade mais que sobre seu resultado e se exerce de acordo com uma codificação que esquadrinha ao máximo o tempo, o espaço, os movimentos. Esses métodos que permitem o controle minucioso

das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as “disciplinas”. (FOUCAULT, 2009, p. 133)

A disciplina é fundamentada no detalhe, na capitalização do ser humano. Tem por objetivo tornar um gesto o mais eficiente possível.

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. (FOUCAULT, 2009, p.133)

Foucault no seu livro *Vigiar e Punir* demonstra quanto o corpo é alvo de adestramento, de fabricação, de poderes que tem por objetivo tornar um corpo útil e dócil ao mesmo tempo. O autor considera que o sucesso do poder disciplinar está nos seus instrumentos – o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e por último, a combinação desses dois que resulta no exame.

O olhar hierárquico está ligado à vigilância contínua que permite um controle. “O poder na vigilância hierarquizada das disciplinas não se detém como uma coisa, não se transfere como uma propriedade; funciona como uma máquina.” E ainda: “A disciplina faz ‘funcionar’ um poder relacional que se autossustenta por seus próprios mecanismos e substitui o brilho das manifestações pelo jogo ininterrupto dos olhares calculados.” (2009, p. 170)

Já a sanção normalizadora está relacionada à gratificação ou a punição. Como Foucault (2009) demonstra “O castigo disciplinar tem a função de reduzir os desvios.” (p. 173)

É uma penalidade da norma. “A penalidade perpétua que atravessa todos os pontos e controla todos os instantes das instituições disciplinares compara, diferencia, hierarquiza, homogeniza, exclui. Em uma palavra, ela *normaliza*.” (p. 176)

Grifo do autor

O exame como já havia dito é uma combinação, uma união entre a sanção normalizadora e o olhar hierárquico. O autor diz que “o exame é a técnica pela qual o poder, ao invés de emitir os sinais de seu poderio, ao invés de impor sua marca a seus súditos, capta-os num mecanismo de objetivação.” (2009, p. 179)

E ainda: “O exame que coloca os indivíduos num campo de vigilância situa-os igualmente numa rede de anotações escritas; compromete-os em toda uma quantidade de documentos que o captam.” (2009, p. 181)

E para finalizar:

[...] o exame está no centro dos processos que constituem o indivíduo como efeito e objeto de poder, como efeito e objeto de saber. É ele que, combinando vigilância hierárquica e sanção normalizadora, realiza as grandes funções disciplinares de repartição e classificação, de extração máxima das forças e do tempo, de acumulação genética contínua, de composição ótima das aptidões. Portanto, de fabricação da individualidade celular, orgânica, genética e combinatória. (2009, p. 183-184)

São através desses três aspectos que o poder disciplinar sustenta seu sucesso. Através desse poder que enquadra, vigia, exclui entre outros. Cabe ressaltar que o poder para Foucault não é totalmente negativo.

Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir. (1979, p. 08)

Poder, portanto, não é só negativo. Ele produz um saber. Roberto Machado se baseando nos pensamentos de Foucault escreve “Não há saber neutro. Todo saber é político.” E ainda:

O fundamental da análise é que saber e poder se implicam mutuamente: não há relação de poder sem constituição de um campo de saber, como também, reciprocamente, todo saber constitui novas relações de poder. Todo ponto de exercício de poder é, ao mesmo tempo, lugar de formação de saber. (1979, p. XXI)

Para finalizar, cabe um último aspecto do pensamento de Foucault: todo o conhecimento é transitório. Os saberes e a verdade não são eternos nem mesmo universais.

Foucault (1979, p. 12) diz que:

A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro.

Portanto, pode-se perceber que vivemos em uma sociedade em que as relações de poder estão em todo o lugar. Diferentemente de como se caracterizava a sociedade monárquica, que o corpo servia para castigar, esta sociedade da

disciplina se contrapõe a este pensamento. A sociedade disciplinar, surgida no início do século XIX, tem por objetivo maximizar a potencialidade/utilidade e a docilidade do corpo. E “Que o poder, mesmo tendo uma multiplicidade de homens a gerir, seja tão eficaz quanto se ele exercesse sobre um só.” (FOUCAULT, 1979, p. 214)

2.3 Sobre corpo e gênero

A formação do corpo se mobiliza através da produção cultural de um povo. Entender que o corpo é construído pelos seres humanos em um determinado local e em um determinado processo histórico permite aproximarmos a discussão de gênero.

O conceito de gênero está diretamente ligado à história do movimento feminista contemporâneo. Na virada do século XIX, o movimento feminista recebeu visibilidade na busca pelo direito de voto as mulheres. O sufrágismo, portanto, foi a primeira onda do feminismo. Entretanto, será na segunda onda (por volta de 1960) que além das preocupações sociais e políticas, que o movimento terá construções especificamente teóricas através de livros, jornais e revistas. (LOURO, 1997)

É através das feministas anglo-saxãs que o termo *gender* passa a ser utilizado para haver uma diferenciação da palavra *sex*. Essa diferença era importante pelo caráter biológico que a palavra *sex* carregava.

Essa mudança de termo possibilita a retomada do conceito para o campo social em que são construídas as diferenças sexuais. Assim, ao invés de pensarmos nas diferenças através do determinismo biológico estaríamos pensando as diferenças através das construções histórico-culturais que a sociedade formou pelos seus discursos e suas atitudes.

É necessário destacar que as diferenças biológicas não devem definir os lugares que devem ser ocupados por homens e mulheres em nossa sociedade. Por muito tempo esse determinismo biológico definia as atividades e os locais pertinentes a um sexo e outro. Em determinados momentos da história, a mulher por ser considerada mais frágil não podia praticar determinados esportes e atividades corporais. Para ela, existiam exercícios ginásticos com ênfase nas pernas para prepará-la para a maternidade. O corpo era visto como um meio para atingir os objetivos da nação.

Essa visão do corpo útil e produtivo é muito forte no século XIX como podemos perceber anteriormente. O controle social está diretamente ligado ao controle do corpo. Goellner (2008, p. 32) destaca que “Para Foucault, o controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera apenas pela ideologia ou pela consciência, mas tem seu começo no corpo, com o corpo.”

Nessa concepção de construção histórico-cultural do corpo e das diferenças biológicas que a pesquisa aborda também o tema gênero.

De acordo com Louro (1997, p. 21), “para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos.” E por isso, o conceito de gênero é fundamental. Para Scott (1995, p.89) apud Sousa e Altmann, (1999) o gênero “é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, que fornece um meio de decodificar o significado de compreender as complexas conexões entre várias formas de interação humana”. Portanto, não se pode negar que o gênero é construído com e sobre corpos sexuados e não nega a diferença biológica, mas a enfatiza nas construções históricas e sociais que foram produzidas em cima das características biológicas. (LOURO, 1997) O gênero está diretamente ligado com as redes de poder que constituem hierarquias entre os gêneros. Portanto, como Louro (1997, p.24), afirma “a pretensão é, então, entender o gênero como constituinte da *identidade*¹² dos sujeitos.” Grifo do autor.

Desnaturalizar o corpo e entender que sua construção é histórica e cultural é fundamental para a pesquisa em questão. Goellner (2008) afirma que o corpo também é construído pela linguagem.

Ou seja, a linguagem não apenas reflete o que existe. Ela própria cria o existente e, com relação ao corpo, a linguagem tem o poder de nomeá-lo, classificá-lo, definir-lhe normalidades e anormalidades, instituir, por exemplo o que é um corpo belo, jovem e saudável. Representações estas que não são universais nem mesmo fixas. São sempre temporárias, efêmeras, inconstantes e variam conforme o lugar/tempo onde este corpo circula, vive, se expressa, se produz e é produzido. (Ibidem, p. 29)

Chauí explica que “desde que o mundo é mundo, seres humanos e animais são dotados de corpos sexuados e as práticas sexuais obedecem a regras,

¹²A constituição da identidade é plural. O sujeito é empurrado para diversas direções. Como Fredalindursky (2001, p. 27) lembra “É sabido que, sob nossas palavras, ressoam palavras-outras”, isto remete a um sujeito social que é formado por inúmeras ideologias e formações discursivas. Além disso, esse sujeito está em constante transformação.

exigências naturais e cerimônias humanas.” (1991, p. 09). Ou seja, tanto homens quanto mulheres são enquadrados socialmente pelo seu sexo. Louro (1997) afirma que não se pode negar que o gênero é construído com e sobre corpos sexuados e não nega a diferença biológica, mas a enfatiza nas construções históricas e sociais que foram produzidas em cima das características biológicas.

Daolio(2003) refere-se a esta organização apontando que, sobre um menino, antes mesmo do nascimento recai toda uma expectativa de segurança e altivez de macho que irá dar sequência à linhagem. Na porta do quarto da maternidade, os pais penduram uma chuteirinha e uma camisa da equipe de futebol para a qual torcem. Dentro de pouco tempo, o menino ganha uma bola e é estimulado aos primeiros chutes. Um pouco mais tarde, ele começa a brincar na rua. Isso porque, segundo a mãe, se ficar em casa vai atrapalhar. Já com as meninas, quando nascem, paira uma névoa de delicadeza e de cuidados. No lugar da bola, ganham bonecas e utensílios de casa em miniatura. São estimuladas todo o tempo a agir com delicadeza e bons modos, a não se sujarem e não suarem. Logo, devem ficar em casa, a fim de serem preservadas das “brincadeiras de meninos”, ajudando nos trabalhos domésticos, ensaiando para quando se tornarem esposas e mães.

Apesar de se ter conhecimento de que tanto os homens quanto as mulheres são submetidos a um estereótipo de corpo e de sexualidade, o sexo feminino foi conduzido à invisibilidade. Para a mulher, o espaço privado e a submissão; enquanto, ao homem, é destinado espaço público e regalias.

No entanto, a ênfase desta pesquisa é no conceito de gênero e, portanto, entender que este conceito vai muito além da dicotomia masculino/feminino. Louro (2008, p. 42) afirma “ ‘Novas’ identidades culturais obrigam a reconhecer que a cultura, longe de ser homogênea e monolítica, é, de fato, complexa, múltipla, desarmoniosa, descontínua.”

Acreditar em uma única concepção de gênero é acreditar em uma única identidade, na homogeneização das coisas; é acreditar que existe uma verdade absoluta e permanente.

Uma das consequências mais significativas da desconstrução dessa oposição binária reside na possibilidade que abre para que se compreendam e incluam as diferentes formas de masculinidade e feminilidade que se constituem socialmente. A concepção dos gêneros como se produzindo dentro de uma lógica dicotômica implica um pólo que se contrapõe a outro (portanto uma idéia singular de masculinidade e feminilidade), e isso supõe ignorar ou negar todos os sujeitos sociais que não se “enquadram” em uma dessas formas. Romper a dicotomia poderá

abalar o enraizado caráter heterossexual que estaria, na visão de muitos/as, presente no conceito de gênero. (LOURO, 1997, p. 34)

3. Metodologia

A metodologia se baseia em uma abordagem qualitativa de análise de um acolhimento institucional da cidade de Rio Grande no RS. A abordagem qualitativa tem como propósito fundamental “a compreensão, explanação e especificação do fenômeno.” (SANTOS FILHO, 1997, p.43).

De acordo com Minayo (1993, p. 21-22) a pesquisa qualitativa:

responde a questões muito particulares [...] ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

A pesquisa tem por objetivo analisar como as relações entre gênero, corpo e infância se produzem entre crianças de 2 a 12 anos de um acolhimento na cidade de Rio Grande – RS. A casa escolhida deverá acolher tanto meninos quanto meninas.

A coleta de dados se dará através do estudo de campo, entrevistas semiestruturadas com os educadores e responsáveis pelo acolhimento institucional. E também através dos registros das observações no diário de campo.

A entrada no campo deverá como Neto (1993) sugere, em um primeiro momento com a aproximação do pesquisador com as pessoas selecionadas. Depois, haverá uma explicação sobre o que é a pesquisa, qual o interesse do pesquisador no grupo e etc. Além disso, haverá um cuidado com a postura em relação ao tema, para que o pesquisador não procure a confirmação dos fatos que ele considera saber, e sim possibilitar a descoberta de novas possibilidades. Por fim, um cuidado teórico-metodológico para que o trabalho de campo seja bom.

A entrevista é considerada o procedimento mais utilizado na coleta de dados ela tem propósitos bem definidos. A entrevista semiestrutura é uma junção entre as estruturadas, que direcionam a conversa, e a aberta (não estruturada), em que é dado o tema e o entrevistado fala abertamente sobre o assunto. (NETO, 1993)

Por último, o diário de campo para registrar todos os fatos ocorridos durante o percurso da coleta de dados.

Ele, na verdade, é um “amigo silencioso” que não pode ser subestimado quanto à sua importância. Nele diariamente podemos colocar nossas

percepções, angústias, questionamentos e informações que não são obtidas através da utilização de outras técnicas. (ibidem, p. 63)

A seguir descreveremos um pouco do espaço em que a pesquisa se realizará e como foram os primeiros contatos com os acolhimentos.

3.1 Conhecendo o espaço da pesquisa

O acolhimento institucional, ao contrário do que o senso comum acredita, não é um local para menores infratores. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA):

O acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição e reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, *não implicando privação de liberdade*. Grifo meu. (art. 101, par. 1º, Lei nº 8069/90 – ECA)¹³

Na cidade de Rio Grande, no Rio Grande do Sul, há cinco acolhimentos institucionais que mantêm vínculo com a prefeitura¹⁴ em parceria com algumas entidades como Conselho Tutelar, Promotoria e Secretarias. Nestas casas residem adolescentes e crianças que não têm família, ou que delas foram retiradas.

Das cinco casas, três delas trabalhavam com meninos e meninas separadamente.¹⁵ As outras duas já acolhiam tanto as meninas quanto os meninos. Meu primeiro contato com os acolhimentos foi feito de forma judicial. Foi feito um pedido por escrito e encaminhado para a promotora da infância e juventude de Rio grande. Após o deferimento, a promotora pediu para que eu entrasse em contato com as casas. Em uma das casas combinei um encontro em que, no entanto, não ocorreu, pois uma menina havia se machucado e a responsável pela casa tinha que levá-la ao hospital.

Acabei conversando bastante com a recepcionista que já passou algumas informações gerais sobre comportamento e necessidade de ajuda dos integrantes da casa.

Após, retornei a casa e entrei em contato com a coordenadora. Expliquei qual seria a minha necessidade, meus objetivos e retirei algumas dúvidas que surgiram.

¹³ Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009. Vigência.

¹⁴ Há outras casas de cunho privado.

¹⁵ Devido o ECA prever o não desmembramento de irmãos as casas estão acolhendo tanto meninos e meninas.

A coordenadora permitiu a minha pesquisa e explicou algumas características da casa.

A casa tem 14 funcionários atualmente.¹⁶ Possui três voluntários assíduos que auxiliam normalmente na questão de organização da casa.

O acolhimento pode abrigar crianças de idade entre zero e 18 anos incompletos. Atualmente, tem crianças de dois anos e um menino que já vai completar a maioridade.

A coordenadora informou que o turno mais agitado é o da tarde. Pois a maioria das crianças estão na casa e tem poucos funcionários para lidar com todos. Uma das funcionárias da atenção específica para dois dos moradores, já que estes são portadores de necessidades especiais.

Fui comunicada sobre as confusões que ocorrem na casa e sobre algumas crianças em específico que a coordenadora considera como mais delicadas. Este foi meu primeiro contato com a casa escolhida.

A Uletus foi escolhida pelo fato de já trabalhar com ambos os sexos e por não ter sido realizada pesquisa deste mesmo cunho com esta casa de acolhimento.

4. Considerações

Esta pesquisa tem importantes aspectos para se desenvolver, pois os acolhimentos institucionais podem reproduzir as questões de gênero que são construídas no social.

Amaral (2006) em sua dissertação apontou discursos reprodutores do que é considerado socialmente aceito como masculino e feminino por parte das funcionárias de uma casa de abrigo. Um exemplo foi quando as funcionárias diziam para um dos meninos de seis anos para falar como homem ou, então, para andar direito, já que consideravam seu jeito de andar afeminado. Situações como essa são comuns em nossa sociedade, por isso acredita-se que esse tipo de discurso será transmitido na casa e assim irão influenciar diretamente na formação do corpo e do gênero dos abrigados¹⁷.

Outro aspecto interessante da pesquisa é que, no dia 03 de agosto de 2009, houve alteração na Lei 8.069 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do

¹⁶ A variação do número de funcionários é constante.

¹⁷ No entanto, a abordagem foi feita de forma superficial. Nesta pesquisa a proposta é aprofundar a análise envolvendo os acolhimentos institucionais e as questões de gênero.

Adolescente (ECA). No capítulo II – Das Entidades de Atendimento Seção I – Disposições gerais podemos perceber que no Art. 90 inciso IV a palavra abrigo é substituída por acolhimento institucional.¹⁸ Alterações sobre o funcionamento dessas instituições, sobre princípios que deverão seguir também foram realizados. Essa recente atualização mostra a preocupação e atualidade que o tema da pesquisa possui.

Além disso, torna-se fundamental o entendimento de que corpo e que gênero está sendo formado nesses acolhimentos institucionais. Já que como Foucault (2009, p. 132) mostra “[...] o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações”.

De acordo com o levantamento¹⁹ realizado, há poucas pesquisas que compõem como tema a análise de acolhimentos institucionais e gênero. As pesquisas em relação aos acolhimentos institucionais, em geral, são da área da psicologia. Não havendo quase publicação pela área da educação física.

Torna-se, imprescindível, portanto, articular um tema importante e pouco desenvolvido na área acadêmica.

¹⁸Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009.

¹⁹Foi realizado um levantamento no Scielo, no banco de dados da CAPES e no domínio público (na área da Educação Física). O levantamento consistiu na combinação de duas das palavras (corpo, gênero, infância, educação e Foucault). Somente no Scielo foram encontrados artigos, mas nenhum que articulasse o tema proposto nesta pesquisa.

Referências:

AMARAL, Débora Medeiros do. **Era uma vez uma casa de abrigo**: os significados e as marcas da instituição na vida das crianças. Pelotas, 2006.

ARANTES, Esther Maria de Magalhães. Rostos de crianças no Brasil. In: **A Arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. (org.). 2.ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009.

BRACHT, Valter. **A Constituição das Teorias Pedagógicas da Educação Física**. Cadernos Cedes, ano XIX, n. 48, Ago. 1999.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13/07/1990. Dispõe sobre o Estatuto da criança e do adolescente (ECA). Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8069.htm>. Acesso em 04/11/2009.

CHAUÍ, Marilena. **Repressão Sexual**: essa nossa (des)conhecida. 12ª edição. São Paulo: ed. Brasiliense, 1991.

DAOLIO, Jocimar. **Cultura**: Educação Física e Futebol. 2ª ed. Campinas, SP: editora da Unicamp, 2003.

FALEIROS, Eva Teresinha Silveira. A criança e o adolescente. Objetos sem valor no Brasil Colônia e no Império. In: **A Arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. (org.). 2.ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009.

FOUCAULT, Michel. O olho do poder. In: **Microfísica do poder**. Org. e trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. Verdade e Poder. In: **Microfísica do poder**. Org. e trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. Genealogia e Poder. In: **Microfísica do poder**. Org. e trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. Soberania e Disciplina. In: **Microfísica do poder**. Org. e trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. 36ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

_____. Conferência IV. In: **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2003.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Mulheres, memórias e histórias: reflexões sobre o fazer historiográfico. In: GOELLNER, Silvana Vilodre; JAEGER, Angelita Alice.

Garimpendo Memórias – Esporte, Educação Física, Lazer e Dança. Porto Alegre: Editora da UFRGS; 2007, p. 13 - 26.

_____. A produção cultural do corpo. In: **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre. (org.). 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

INDURSKY, Freda. Da heterogeneidade do discurso à heterogeneidade do texto e suas implicações no processo da leitura. In: ERNST-PEREIRA, Aracy; FUNCK, Susana Bornéo. **A leitura e a escrita como práticas discursivas**. Pelotas: Educat, 2001, p. 27 - 42.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. Currículo, gênero e sexualidade – O “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. In: **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre. (org.). 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MACHADO, Roberto. Introdução – por uma genealogia do poder. In: **Microfísica do poder**. Org. e trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa social**: Teoria, método e criatividade. 23ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

NETO, Otávio Cruz. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa social**: Teoria, método e criatividade. 23ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

RIZZINI, Irene. O Movimento de salvação da criança no Brasil – Idéias e práticas correntes de assistência à infância pobre na passagem do século XIX para o XX. **Congresso de Brasa VIII**. VanderbiltUniversity, Nashville, Tennessee, USA. Outubro de 2006.

RIZZINI, Irma. Meninos desvalidos e menores transviados: a trajetória da assistência pública até a Era Vargas. In: **A Arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. (org.). 2.ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009.

SANTOS FILHO, José Camilo dos. Pesquisa quantitativa *versus* pesquisa qualitativa: o desafio paradigmático. In: **Pesquisa educacional**: quantidade – qualidade. SANTOS FILHO, José Camilo dos; GAMBOA, Silvio Sánchez. (org.). 2 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

SOUSA, Eustáquia Salvadora; ALTMANN, Helena. **Meninos e Meninas**: expectativas corporais e implicações na educação física escolar. Cadernos CEDES, Campinas: Unicamp, ano XIX, n. 48, p. 52-68, ago. 1999.

VOGEL, Arno. Do Estado ao Estatuto. Propostas e vicissitudes da política de atendimento à infância e adolescência no Brasil contemporâneo. In: **A Arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. (org.). 2.ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009.

2. RELATÓRIO DE CAMPO

Nesta secção, pretende-se demonstrar os caminhos percorridos para a realização desta pesquisa. Aqui não há pretensão de mostrar caminhos fechados e certos a serem seguidos, somente como foi construído o corpo da pesquisa, sem formalismos a parte técnica, normas e regras. Como mostra Veiga-Neto:

[...] se comecei com uma referência sobre a importância de sabermos ou aprendermos sobre como abordar um objeto, sobre como começar a falar dele ou sobre ele, é porque, antes de começar a escrever, eu mesmo já antevia uma maneira de “começar esse começo”. Afinal, mesmo que ao começar este texto eu ainda não tivesse traçado seu esquema completo – ou seja, o mapa daquilo que viria a ser o texto –, era preciso ter uma ideia clara sobre aquilo que eu queria falar e sobre como eu deveria começar a fazer isso. (2009, p. 85)

Sendo assim, antes mesmo de iniciado o processo de pesquisa já existia um envolvimento pessoal que possibilitou antever, minimamente, os caminhos que seriam trilhados durante a sequência da dissertação.

A pesquisa não tem como objetivo as grandes teorias universais e sim uma teoria provisória, que será revista, desconstruída e retomada como já foi feito ao longo do seu processo de construção.

O caminho investigativo aqui foi tomando forma ao passo que a própria pesquisa se formava. E para auxiliar neste caminho foi utilizado como autor base da pesquisa, o filósofo francês Michel Foucault.

Para adotar essa perspectiva foucaultiana é necessário sabermos que:

[...] não devemos partir de conceitos, nem devemos nos preocupar em chegar a conceitos estáveis e seguros em nossas pesquisas, já que acreditar que eles tenham tais propriedades é acreditar que a própria linguagem possa ser estável e segura – uma suposição que não faz o mínimo sentido nessa perspectiva. Muito mais interessante e produtivo é perguntarmos e examinarmos como as coisas funcionam e acontecem e ensaiarmos alternativas para que elas venham a funcionar e acontecer de outras maneiras. (Veiga-Neto, 2007, p. 19)

A partir dessa perspectiva foram utilizadas como ferramentas metodológicas a genealogia e o discurso em Foucault.

Para melhor compreendermos essas ferramentas importantes disponibilizadas pelo filósofo francês é necessário saber que a genealogia, assim como a história, não é linear nem estável. Pelo contrário, para trabalhar com o conceito de genealogia aqui proposto deve-se estar ciente de que “Ela se opõe a pesquisa de “origem”.” (FOUCAULT, 1979, p. 16) E o porquê disto está no sentido de que:

Procurar uma tal origem é tentar reencontrar “o que era imediatamente”, o “aquilo mesmo” de uma imagem exatamente adequada a si; é tomar por acidental todas as peripécias que puderam ter acontecido, todas as astúcias, todos os disfarces; é querer tirar todas as máscaras para desvelar enfim uma identidade primeira. (FOUCAULT, 1979, p. 17)

Utilizar-se de uma ferramenta como a genealogia não é buscar a identidade das coisas em seu início, mas sim observar os acasos, os abalos, as surpresas, ou seja, não tomar por acidental as situações que aconteceram.

Como Foucault (1979, p. 21) demonstra “A pesquisa da proveniência não funda, muito pelo contrário: ela agita o que se percebia imóvel, ela fragmenta o que se pensava unido; ela mostra a heterogeneidade do que se imaginava em conformidade consigo mesmo.”

Esta ferramenta genealógica foi escolhida pela pesquisadora, pois tem forte relação com o problema de pesquisa proposto, já que este busca entender como se produziram os acolhimentos institucionais, especialmente o Uletus, no município do Rio Grande – RS.

Percebe-se que vinculados a esses acolhimentos estão corpos envoltos em discursos e regimes de verdades. E, portanto, a análise genealógica se torna fundamental por também estar intimamente relacionada ao corpo.

O corpo: superfície de inscrição dos acontecimentos (enquanto que a linguagem os marca e as idéias se dissolvem), lugar de dissociação do Eu (que supõe a quimera de unidade substancial), volume em perpétua pulverização. A genealogia, como análise de proveniência, está portanto no ponto de articulação do corpo com a história. Ela deve mostrar o corpo inteiramente marcado de história e a história arruinando o corpo. (FOUCAULT, 1979, p. 22)

A descontinuidade está presente até mesmo nos corpos, pois existem diversos regimes que constroem nosso corpo ao longo dos períodos históricos.

Portanto, a genealogia não se prende ao estável, a origem, a nossa identidade. Ela está direcionada a demonstrar “as descontinuidades que nos atravessam.” (FOUCAULT, 1979, p. 35)

Através das ferramentas metodológicas que Foucault possibilita acaba-se por utilizar mais um instrumento do filósofo para esta pesquisa; o conceito de discurso. Mas qual a real importância do discurso para esta pesquisa e para a sociedade de forma geral?

Como Foucault (1979, p. 179) demonstra:

[...] em uma sociedade como a nossa, mas no fundo em qualquer sociedade, existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que estas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso.

Para entendermos discurso devemos passar pela compreensão do significado de linguagem para o filósofo. A linguagem para Foucault é constituída através do nosso pensamento, ela é o sentido que damos ao mundo. (VEIGA-NETO, 2007)

A relação da linguagem com o mundo é de importante entendimento, pois é através da linguagem que derivamos nossos discursos, que, aliás, estão circulando há muito mais tempo que nós e, portanto, acabam por nos formar. Ou seja, nós não formamos os nossos próprios discursos e sim somos formados por eles. Eles são anteriores a nós.

Entender assim a linguagem implica entender de uma nova maneira o próprio conhecimento – agora não mais visível como natural e intrinsecamente lógico, axiomatizável, autofundado, suficiente, objetivo. O conhecimento passa a ser entendido como produto de discursos cuja logicidade é construída, cuja axiomatização é sempre problemática porque arbitrária, cuja fundamentação tem de ser buscada fora de si, no advento; discursos que são contingentes e também subjetivos. (VEIGA-NETO, 2007, p. 92)

O discurso está intimamente ligado ao poder. Como todo poder é produtor de saber, o discurso acaba por se articular a essas duas coisas: poder e saber.

Os discursos, como os silêncios, nem são submetidos de uma vez por todas ao poder, nem opostos a ele. É preciso admitir um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder, e também obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta. O discurso veicula e produz poder; reforça-o mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo. Da mesma forma, o silêncio e o segredo dão guarida ao poder, ficam suas interdições; mas, também, afrouxam seus laços e dão margem a tolerâncias mais ou menos obscuras. (FOUCAULT, 1988, p. 111-112)

Ainda neste entendimento de discurso é necessário observar o conceito das práticas discursivas, que vão para além do ato de fala, mas que faz parte de um conjunto de enunciados que acabam por moldar nossas maneiras de constituir o mundo, de entendê-lo e de falar sobre ele. (VEIGA-NETO, 2007)

Se a prática discursiva é um conjunto de enunciados, o que seria então o enunciado para esta pesquisa? Como Veiga-Neto (2007, p. 94) esclarece:

O enunciado nem precisa mesmo se restringir a uma verbalização sujeita a regras gramaticais. Assim, um horário de trens, uma fotografia ou um mapa podem ser enunciados, desde que funcionem como al, ou seja, desde que sejam tomados como manifestações de um saber e que, por isso, sejam aceitos, repetidos e transmitidos.

O enunciado tem um valor, que repetimos e às vezes transformamos. Um exemplo seria a identificação de um sanitário público que pode ser referenciado por diversos enunciados, uma porta pode ser pintada de rosa e outra de azul, pode ser posto a figura de uma rosa para identificar o banheiro feminino e a de um chapéu para o banheiro masculino. A partir dos valores que acabamos incorporando durante nossa vida sabemos que esses enunciados demonstram a relação de separação, ou melhor, dos espaços que devem ser ocupados por homens e mulheres separadamente.

Assim, os enunciados, as práticas discursivas e, por fim, o discurso são produzidos socialmente em determinado período. Nesta linha de pensamento, pode-se refletir ainda acerca do conceito de episteme dado pelo francês e explicado por Veiga-Neto em um de seus livros.

[...] episteme designa um conjunto de condições, de princípios, de enunciados e regras que regem sua distribuição, que funcionam como condições de possibilidade para que algo seja pensado numa determinada época. Uma episteme funciona enformando as práticas (discursivas e não-discursivas) e dando sentido a elas; ao mesmo tempo, a episteme funciona também em decorrência de tais práticas. (2007, p. 96)

É através dessas ferramentas/conceitos que podemos observar e refletir sobre a mudança pela qual a infância e seu significado passaram ao longo dos tempos. Dessa infância abandonada foram surgindo categorias (criança, menor) que acabaram envoltas em um discurso que instituiu como necessário a abrigagem e a proteção.

É através desses entendimentos e ferramentas metodológicas que foi organizado o *corpus* selecionado e que se possibilitou responder o problema desta pesquisa.

Desse modo, a análise de discurso na perspectiva de Foucault não parte de uma estrutura pronta.

Trata-se de analisá-los tendo sempre em vista que é por “uma certa economia dos discursos de verdade [que] há possibilidade de exercício do poder.” Nesse sentido, aquele que enuncia um discurso é que traz, em si, uma instituição e manifesta, por si, uma ordem que lhe é anterior e na qual está imerso. (VEIGA-NETO, 2007, p. 99)

É assim, portanto, que o discurso marca o pensamento de determinadas épocas e acabam por construir subjetividades. E são essas subjetividades e variações que possibilitam entender a mudança pela qual passou a infância dentro da sociedade, bem como as mudanças de um acolhimento institucional e seus objetivos. “Desse modo, os discursos não descobrem verdades, senão as inventam.” (VEIGA-NETO, 2007, p. 101)

Os acolhimentos institucionais, tema central desta pesquisa, de acordo com a Art. 101 § 1º do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, “são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade”.

Os acolhimentos institucionais antes eram intitulados de abrigos institucionais. A mudança ocorreu pela redação dada pela Lei nº 12.010 de 2009 que está em vigência, no entanto a alteração do nome não alterou sua definição. Dentro do regimento das orientações técnicas para medidas de acolhimento, divulgados pelo CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente) e pelo CNAS (Conselho Nacional de Assistência Social), há a definição do abrigo institucional como um:

Serviço que oferece acolhimento, cuidado e espaço de desenvolvimento para grupos de crianças e adolescentes em situação de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção. Oferece atendimento especializado e condições institucionais para o acolhimento em padrões de dignidade, funcionando moradia provisória até que seja viabilizado o retorno à família de origem ou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para família substituta. (2008, p.29)

Uma vez que a autora está basicamente interessada em como se constituiu o que hoje se intitula acolhimento institucional, foi preciso de alguns materiais para a realização de tal pesquisa.

Portanto, foram utilizadas leis, decretos e documentos que possibilitassem o entendimento dessa formação desses acolhimentos. Partindo-se do entendimento que Goellner trás em um de seus artigos “Quanto mais diversas forem as fontes de pesquisa mais possibilidade se tem de aproximar-se de acontecido” (2006, p. 174). Foram utilizados diversos documentos para corroborar com a pesquisa. Dentre eles é possível citar o Código de Menores de 1927, o Código de Menores de 1979, Constituição Federal de 1937, Constituição Federal de 1988, documento da

Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989, Decreto- Lei de nº 9.814 de 1946, Decreto nº 145 de 1893, Lei 947 de 1902, Lei 8.069 de 1990, Lei nº 947 de 1902, caderno de orientações técnicas para os serviços de acolhimento de 2008, pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (IPEA/CONANDA) de 2004, Projeto Lei nº 2654 de 2003, Estatuto Social Uletus de 1988 e de 2006.²⁰ Dos inúmeros materiais e documentos analisados foram selecionados estes supracitados pelo fato de terem, não só maior fundamentação teórica acerca de como era (e ainda é) vista a infância, como também possuírem grande importância no regimento de direitos e deveres da infância no Brasil. Os estatutos sociais do acolhimento Uletus também foram analisados para compreender localmente o caráter da infância no município do Rio Grande.

Essa variação no período histórico permitiu a pesquisadora não só se aproximar de onde partiram os acolhimentos como também entender as mudanças no discurso em relação ao entendimento da infância no Brasil.

Além dessa análise dos documentos, foram utilizados para compreender a situação da criança considerada abandonada, o livro “A arte de governar crianças” e a “História das Crianças” que apesar de poucas citações diretas foram fundamentais para a reflexão do entendimento da constituição da infância no Brasil e, por fim, auxiliaram na compreensão dos objetivos dessas atuais medidas de proteção. A bibliografia selecionada auxilia também no conhecimento da história das políticas sociais, da legislação e nas políticas de assistência a infância em nosso país.

Além da utilização das fontes, também foram realizadas entrevistas semiestruturadas com funcionários pertencentes à Uletus na sua fundação, bem como na sua atualidade. Pode-se entender por entrevista semiestruturada:

[...] em geral, aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa. (TRIVIÑHOS, 2009, p. 146)

Importante destacar, como feito anteriormente, que nesta pesquisa se optou por este tipo de entrevista por considerar a mais adequada para a coleta dos dados,

²⁰ A maior parte das fontes utilizadas na pesquisa foram retiradas do sítio do Governo Federal no Portal da Legislação.

e não necessariamente se torna um método rígido, em que caso fosse repetido asseguraria a mesma qualidade na obtenção dos dados. Além disso, é necessário o entendimento que “A fonte oral sugere mais que afirma, caminha em curvas e desvios obrigando a uma interpretação sutil e rigorosa.” (BOSI, 2003, p. 20) Com este tipo de fonte é possível trabalhar muito mais com a semelhança do que com a repetição dos dados não tendo intenção, portanto, de tornar um protocolo a ser seguido.

Foram realizadas ao total seis (6) entrevistas²¹, sendo cinco (5) individuais e uma em dupla²². As entrevistas ocorreram com o atual presidente da casa, a atual coordenadora, uma ex-presidente e três ex-funcionárias que trabalharam de forma mais participativa no início da casa.

Para a realização da pesquisa foi pedido liberação por escrito a Promotora da Vara da Infância e da Juventude, Luciara Robe Pereira, que foi deferido antes mesmo da qualificação. Após liberação judicial, foi feita uma apresentação junto ao acolhimento institucional na qual seria realizada a pesquisa. Foi explicado o porquê do interesse específico por este acolhimento e os objetivos da pesquisa. Após apresentação, foi entregue a Carta de Anuência que aceita a participação da casa na pesquisa.

Para a realização das entrevistas foi feito o termo de consentimento livre e esclarecido²³ para caso de deferimento no processo de participação na pesquisa. Para cada participante foi feito dois termos, um que fica com o pesquisador e outro com o próprio participante para caso de dúvidas.

Para melhor desenvolvimento da pesquisa foi necessário dividir a dissertação em dois artigos. O primeiro artigo intitulado “Acolhimento institucional: um envolvimento de leis, corpos e disciplinas” que tem por objetivo entender como surgiram os atuais acolhimentos institucionais no Brasil.

Este artigo discorre em cima de leis e documentações que foram responsáveis por produzir essas instituições e, portanto, permite entender os momentos que as crianças tornam-se alvo de vigilância, de classificação e encarceramento em nosso país.

²¹ Apesar de ter sido localizado mais um informante de fundamental importância, este se negou a dar entrevista.

²² Essa entrevista em dupla foi feita a pedido de uma das entrevistadas. Portanto, uma das entrevistadas contribuiu duas vezes com a pesquisa.

²³ O modelo do termo de consentimento livre e esclarecido foi baseado no comitê de ética da Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Pelotas.

Tenta-se demonstrar que os acolhimentos institucionais em sua gênese possuem esse caráter civilizador, disciplinador em que as crianças são alvos para que objetivos maiores sejam atingidos. Hoje o acolhimento é caracterizado como medida de proteção para crianças e adolescentes, mas na sua gênese a proteção era designada a ordem social, que poderia ser ameaçada por esses “menores” abandonados.

De forma alguma, o objetivo do artigo é negar que os acolhimentos institucionais são uma medida de proteção para crianças que se encontram em situação de negligência ou abandono, no entanto é preciso perceber os demais objetivos existentes por trás dessa medida mesmo na atualidade. Assim como a escola, instituição hoje que é apresentada como seu principal objetivo ensinar as crianças como “ocuparem melhor seu tempo e seu espaço” (Veiga-Neto, 2003, p. 03). Assim também, é o acolhimento institucional um espaço de disciplinamento de corpos e de gerenciamento de vidas, com a finalidade de auxiliar a manutenção da ordem social vigente.

Já em um segundo momento, é apresentado o segundo artigo gerado por essa pesquisa. Intitulado “A produção dos corpos e as finalidades de um acolhimento institucional no município do Rio Grande - RS” tem como objetivo perceber como vêm sendo constituídos os corpos infantis no Acolhimento Institucional Uletus do município do Rio Grande no RS.

Neste artigo é demonstrada a incoerência do discurso social da época com o nascimento e a realidade de um acolhimento na cidade do Rio Grande. Desta forma, é possível perceber que apesar do discurso da importância do cuidado com a infância, o acolhimento sofre atravessamentos da finalidade inicial dos abrigos, mesmo após ser promulgada a lei de maior importância para o público infantil que é o ECA. Mesmo após uma década ainda é demonstrado falhas na proteção da infância que acaba por instigar a pensar: se o público que socialmente é merecedor da integralidade do cuidado, e por isso surgem as medidas de proteção em lei, porque as crianças mesmo depois do ECA continuam com falhas no atendimento? Por isso, é demonstrado através da fala dos entrevistados a dualidade do atendimento ofertado a infância, demonstrando assim de que forma esses corpos infantis vão sendo constituídos através desses discursos dualistas e com diversos objetivos.

É desta forma que se torna ainda mais claro os demais objetivos que essa medida de proteção engloba e ainda mais necessário a reflexão para que seja possível a mudança ou pelo menos um melhor entendimento desta política social.

É importante destacar que “Se hoje me identifico com essa temática é porque ela tem uma história que é pessoal e é política.” (GOELLNER, 2006 p. 163). Esta pesquisa, portanto, que possui caráter qualitativo, uma visão mais *soft* não tem pretensão de trazer uma neutralidade e um caráter de verdade absoluta para a pesquisa. Pelo contrário, a partir do momento que o autor se identifica com a pesquisa as opções metodológicas acabam por serem opções de um pesquisador que atribuiu sentidos a alguns caminhos e desconsiderou outros.

Como Corazza (2002, p. 124) demonstra:

A “escolha” de uma prática de pesquisa, dentre outras, diz respeito ao modo como fomos e estamos subjetivadas/os, como entramos no jogo de saberes e como nos relacionamos com o poder. Por isto, não escolhemos, de um arsenal de método, aquele que melhor nos atende, mas somos “escolhidas/os” (e esta expressão tem, na maioria das vezes, um sabor amargo) pelo que foi historicamente possível de ser enunciado; que para nós adquiriu sentidos; e que também nos significou, nos subjetivou, nos (as)sujeitou. (In GOELLNER, 2006, p. 171-172)

Por fim, que o auxílio dessas fontes, a sabedoria de Foucault e sua caixa de ferramentas juntamente com a articulação teórica da autora possibilite uma reflexão dessa realidade complexa e multiforme, sem tentar reduzi-la em uma forma simplista e transparente. E que para honrar o filósofo base dessa pesquisa, que enquanto tomarem a leitura deste conjunto de textos, pelo menos minimamente, ele seja estimulante.

3. ARTIGO

3.1 Acolhimento institucional: um envolvimento de leis, corpos e disciplinas

FREITAS, Débora Duarte²⁴

FIGUEIREDO, Márcio Xavier Bonorino²⁵

RESUMO: O presente artigo integra uma dissertação que tem como proposta de pesquisa entender como surgiram os atuais acolhimentos institucionais no Brasil. Para isso, foram utilizadas como ferramentas metodológicas a genealogia e o discurso a partir do campo teórico de Michel Foucault. Foram utilizados diversos documentos e leis de diferentes períodos históricos para que fosse possível a compreensão de onde partiram esses acolhimentos e como tomaram a sua forma atual. Apesar de o artigo, estar ordenado dentro de um período cronológico de tempo, é sabido que a história não se faz de forma linear, pelo contrário, sofre atravessamentos, rupturas e justaposições. No artigo, trabalha-se com essas instituições que hoje têm como objetivo mais conhecido a medida de proteção de crianças e adolescentes vítimas de abandono e/ou negligência, mas que, entretanto, são mecanismos que auxiliam na manutenção da ordem social através do disciplinamento dos corpos. Pensa-se a importância de refletir sobre instituições que visam à garantia da integralidade do cuidado e o “pleno” desenvolvimento da infância brasileira, mas que, no final, acabam por garantir apenas uma parcialidade dos direitos e demonstrando que existem outros objetivos – até mais importantes que a própria proteção – nessa medida de acolhimento.

Palavras-Chave: Infância; Acolhimento institucional; Manutenção da ordem.

Host institution: a wrapped of laws, bodies and disciplines

ABSTRACT: The present article is part of a dissertation whose research proposal is to understand how the current host institution emerged in Brazil. For this, we used as methodological tools the genealogy and the discourse from the theoretical field from Michel Foucault. We used several documents and laws of different historical periods to make it possible to understand from where and how these hosts took its current form. Although the article being ordered in chronological period of time is known that the history is not linearly, rather suffer crossings, ruptures and juxtapositions. This article works to these institutions that today aims protect this children and adolescents victims of neglect, but which, however, are mechanisms that help maintain the social order through the disciplining of bodies. It is thought to reflect the importance of institutions that aim guarantee full care and development of Brazilian children, but in the end turn out to ensure only a bias of the rights and demonstrating that there are other goals – even more important that the children protection – in this measure calls host.

Keywords: Children; Host institution; maintenance of order

²⁴ Graduada em Educação Física pela Universidade Federal de Pelotas. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Física.

²⁵ Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Educação Física. email: bonorinosul@gmail.com

O presente artigo tem por objetivo entender como surgiram os atuais acolhimentos institucionais no Brasil, além de observar quais leis e documentações foram responsáveis por produzir essas instituições em nosso país. Nele serão utilizadas as ferramentas que Foucault proporciona para que o olhar em relação aos acolhimentos institucionais²⁶ seja aprofundado e para compreender que, além de serem “medidas provisórias e excepcionais” (BRASIL, 1990, Art.101 § 1º), são ainda mecanismos de segurança, os quais passaram por inúmeros processos para chegar às suas características atuais, as de medida de proteção à criança e ao adolescente.

Além de um mecanismo de segurança, os acolhimentos envolvem em seu meio, ainda, o poder disciplinar que molda o indivíduo, que assujeita, que introjeta hábitos para que a segurança seja garantida e atinja seus objetivos de controle. Nem somente um, nem somente o outro, mas o cruzamento da linha entre os dois, não sabendo quando um se inicia e o outro termina, ao ponto que coexistem.

Para embasar a discussão aqui presente foram selecionados as leis e documentos citados a seguir: Lei nº 947 de 1902, Constituição Federal (CF) de 1937, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Decreto nº 145 de 1893, Código de Menores de 1927, Decreto-Lei nº 9.814 de 1946, Convenção dos direitos da Criança e do Adolescente de 1989 e a pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/ Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (IPEA/CONANDA) de 2004. Essas leis e documentos foram escolhidos por serem os principais documentos encontrados que possibilitavam o entendimento e a construção da infância no Brasil.

A ordem cronológica do artigo se deve ao simples fato de facilitar a compreensão e o aproveitamento do texto, pois parte-se do pressuposto que a história não é linear, porque sofre atravessamentos, rupturas, justaposições.

A pesquisa persegue uma perspectiva epistemológica mais ampla, considerando, portanto, que existem teorias foucaultianas que ajudarão a pensar o movimento de mudança que as instituições responsáveis pelo recolhimento de crianças e adolescentes, considerados em situação de abandono ou negligência, sofreram. Sendo assim, o caminho trilhado pela pesquisa é o próprio método, o qual auxiliará no entendimento dessa mudança de paradigmas. Além disso, foram

²⁶ Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009 (Vigência).

selecionadas, do campo teórico de Michel Foucault, algumas ferramentas metodológicas como a genealogia e o discurso.

Neste artigo entende-se genealogia não como a busca pela identidade das coisas em seu início, mas como uma ferramenta que proporciona observar os acasos, os abalos, as surpresas, ou seja, não tomar por acidental algumas situações que aconteceram. Já o discurso, ele é subjetivo, contingente, envolto de poder e de grande importância em uma sociedade como a nossa:

[...] em uma sociedade como a nossa, mas no fundo em qualquer sociedade, existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que estas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso. (FOUCAULT, 1979, p. 179)

É a partir dessa perspectiva e dessas ferramentas que será organizada as problematizações a seguir.

3.1.1 Acolhimento institucional: movimentações e contradições

Utilizando-se dos conceitos de Foucault como auxiliar na reflexão do acolhimento institucional, considera-se que este é um corpus disciplinar:

amplamente ativado e fecundado pelo estabelecimento desses mecanismos de segurança. Porque, afinal de contas, para de fato garantir essa segurança é preciso apelar, por exemplo, e é apenas um exemplo, para toda uma série de técnicas de vigilância, de vigilância dos indivíduos, de diagnóstico do que eles são, de classificação da sua estrutura mental, da sua patologia própria, etc., todo um conjunto disciplinar que viceja sob os mecanismos de segurança para fazê-los funcionar. (FOUCAULT, 2008, p. 11)

A história de classificação, vigilância e disciplina está na gênese da prática de acolhimento e abandono das crianças no Brasil. O abandono se destaca com o descobrimento do país e a vinda dos portugueses. As crianças mestiças (filhas de índias com portugueses) eram, em geral, abandonadas. Algumas delas eram deixadas na frente das igrejas, conventos e, como Orlandi lembra, “[...] eram frequentemente devoradas por cães, porcos ou outros animais. Outras vezes, morriam de fome ou de exposição aos elementos.” (apud ARANTES, 2009, p.176)

Com o crescimento do abandono, diversos dispositivos foram pensados para essas crianças. A Roda dos Expostos foi um deles. A primeira foi no início do séc.

XVIII. Torna-se necessário frisar que as crianças deixadas nessas rodas recebiam uma atenção precária e por um curto período de tempo. Faleiros (2009) demonstra que após os sete anos a criança dependia de uma família que se propusesse a criá-la. Os meninos eram encaminhados para algum ofício ou para seminários; já as meninas trabalhavam como empregadas domésticas em troca de seu sustento ou então eram encaminhadas à Casa de Recolhimento, (onde recebiam dotes para o casamento). Muito diferente da nossa atualidade que possibilita à criança órfã, abandonada ou negligenciada o acolhimento em abrigo até os 18 anos (maioridade civil), caso não haja outras opções para ela. Isso demonstra o quanto o Brasil Colônia se caracterizou pelo descaso com a vida dessas crianças.

Já no Período Republicano, algumas mudanças são notadas. No entanto, pode-se perceber que de mercadoria e mão de obra barata a criança passou para um discurso ambíguo. As práticas de enclausuramento junto com adultos e delinquentes foram questionadas, a “limpeza” das ruas sem objetivo de regeneração desses menores para que os tornassem úteis à nação começam a entrar em debate. Rizzini (2009, p. 225) aponta como novos horizontes:

[...] um ardoroso combate a práticas identificadas com o atraso, como o enclausuramento junto aos adultos dos chamados menores vadios, vagabundos, viciosos e delinquentes, todos apreendidos pelas ações policiais de “limpeza” das ruas das cidades.

Em seguida, as críticas ao caráter de clausura destes “depósitos”, sem as finalidades de regeneração, recuperação e reeducação dos internos, que os tornassem úteis à sociedade.

Na passagem do século XIX para o XX, as preocupações e discursos se misturavam. Uma nação nova, o Brasil necessitava de mão de obra e de, uma nova organização política e social, para que evoluísse juntamente com seus vizinhos (Argentina e Estados Unidos), igualmente nações novas, porém mais desenvolvidos. Assim, acabam por envolver a preocupação com as crianças em seus discursos, já que estas poderiam se tornar um problema no desenvolvimento do país. Por outro lado, poderiam auxiliar a nação a atingir seus objetivos através da força do trabalho. As crianças (pobres), neste cenário, passam a ser um problema social grave que requer intervenção. Por isso, “a intervenção do Estado junto a esse segmento da infância era defendida como uma ampla ‘*missão saneadora, patriótica e civilizatória*’ em prol da reforma do Brasil.” (RIZZINI, 2006, p. 08) [Grifo da autora]

A criança era vista como algo a ser moldada e vigiada, ou seja, cuidado com a infância era sinônimo de vigilância, moralização e civilização. “Cuidar da criança e vigiar a sua formação moral era salvar a nação”. (RIZZINI, 2006, p. 15)

Foucault, através do seu conceito do poder disciplinar, possibilita a reflexão sobre como o trabalho e a rotina para esses menores era uma ferramenta que viabilizava um maior adestramento dessa população:

O poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo. Em vez de dobrar uniformemente e por massa tudo o que lhe está submetido, separa, analisa, diferencia, leva seus processos de decomposição até as singularidades necessárias e suficientes. Adestra as multidões confusas, móveis, inúteis de corpos e forças para uma multiplicidade de elementos individuais [...] (2009, p. 164)

A principal ferramenta utilizada para esses menores considerados na dualidade “ameaça versus salvação” é o adestramento, a qual se dá através do encarceramento dos corpos e da rotina através do trabalho e da educação – mesmo que esta fosse feita de forma mínima. O trabalho e a educação eram o meio de combate às práticas de ociosidade, pois essas duas ferramentas vão ser consideradas instrumentos chaves para o resgate desses inválidos. Além disso, o trabalho era uma forma de controlar corpo e mente. Através do trabalho, o menor ocupava a mente e se desviava das coisas que poderiam acarretar-lhe algum mal.

Já em relação à educação, pode-se observar, de acordo com Rizzini, que:

[...] o objetivo não era realmente tirar da ignorância a massa da população. Falava-se repetidamente em educar, mas com um sentido particular – como antídoto à ociosidade e à criminalidade e não como instrumento que possibilitasse melhores chances de igualdade social. (2006, p. 23)

A autora ainda destaca: “aos menores, a instrução mínima que permitisse domesticá-los para o uso de sua força de trabalho” (2006, p.24). Pode-se perceber, então, que as políticas implementadas visavam o adestramento e a utilização da infância como força de trabalho e, portanto, elemento de utilidade ao país.

Os menores abandonados ou viciosos, como comumente eram classificados, eram enquadrados dentro das leis policiais e juntamente com outras categorias vistas como similares em suas condições. O art. 1º, Inciso IV, da lei nº 947, de dezembro de 1902, abordava a reforma policial, tendo como objetivo:

IV - Criar uma ou mais colônias correccionaes para reabilitação, pelo trabalho e instrução, dos mendigos validos, vagabundos ou vadios, capoeiras e menores viciosos que forem encontrados e como taes julgados no Districto Federal [...]

Já o artigo 6º aborda o tipo de metodologia a ser implantada nas colônias: “As colônias correccionaes de que trata o n. IV, do art.1º serão subordinadas ao regime technico e disciplinar que ao Governo parecer mais conveniente [...]”. É interessante destacar a abrangência do público alvo desse tipo de instituição: além de todos supracitados, o artigo 7º da mesma lei refere-se, ainda, aos que serão recolhidos a tais colônias:

I - os menores de 14 annos, maiores de 9, inculcados criminalmente que forem julgados como tendo agido com discernimento, [...]
 II - os menores abandonados de 14 annos, maiores de 9 que, por serem orphãos ou por negligencia ou vicios, ou enfermidades dos paes, tutores, parentes ou pessoa em cujo poder, guarda ou companhia, vivam, ou por outras causas, forem encontrados habitualmente sós na via publica, entregues a si mesmos e privados de educação.

Cabe aqui uma reflexão utilizando-se uma citação retirada do livro Vigiar e Punir: “organiza-se todo um saber individualizante que toma como campo de referência não tanto o crime cometido (pelo menos em estado isolado), mas a virtualidade de perigos contida num indivíduo e que se manifesta no comportamento observado cotidianamente” (FOUCAULT, 2009, p. 122). O autor aqui destaca para a prisão, mas podemos pensar, sim, em relação a outros espaços, principalmente quando as colônias são tão próximas do presídio.

Tem-se interesse em destacar como as crianças/menores são enquadradas pela possibilidade futura de perturbação da ordem e por isso seu recolhimento em uma lei abrangente. Caso houvesse desconfiança de uma possível marginalidade, a lei prescrevia a esses iminentes desordeiros o recolhimento em instituições que os colocariam no caminho do trabalho e da educação para que servissem aos objetivos do país.

A constituição de 1937, de forma geral, aborda como importantes, para a lei e para o país a manutenção da ordem, da moralidade pública, dos bons costumes, em diversos momentos. Além disso, há igualmente a preocupação com o trabalho como dever social (BRASIL, 1937, art. 136), com a educação integrada à educação física, o ensino cívico e os trabalhos manuais. É possível perceber uma demanda muito grande por controle, ordem, segurança e disciplina que principalmente a educação

física e o ensino cívico proporcionavam (e ainda proporcionam) ao indivíduo que passasse por eles. A educação física, no controle e na disciplina do corpo, possibilitando, ainda; um controle da mente; o ensino cívico para auxiliar na conduta e na manutenção dos padrões sociais, dando possibilidades de autogoverno. E isso se torna completamente claro quando é observado o art. 132 da CF de 1937:

O Estado fundará instituições ou dará o seu auxílio e proteção às fundadas por associações civis, tendo umas; e outras por fim organizar para a juventude períodos de trabalho anual nos campos e oficinas, assim como promover-lhe *a disciplina moral e o adestramento físico*, de maneira a prepará-la ao cumprimento, dos seus deveres para com a economia e a defesa da Nação. [Grifo meu]

A similaridade que os “abrigos” absorveram das condições penitenciárias é algo arrebatador para entendermos a construção do que hoje é chamado de acolhimento institucional, mas que, entretanto, em sua genealogia abarca objetivos higienistas, de segurança pública, de ordem social e não como objetivo – talvez único, ou melhor, principal – o cuidado da criança vista como um ser humano de direitos. Esse entendimento da criança como ser de direito é algo extremamente atual, tendo origem, sobretudo, com o advento do ECA²⁷.

Quando abordadas tais similaridades desses espaços de recolhimentos dos menores com o presídio, é interessante fazer uso de Foucault quando este aborda as sete máximas trazidas no Vigiar e Punir em relação às características da detenção penal.

1º) A função essencial da detenção penal é a transformação do comportamento do indivíduo.

Em 1893, com a criação da primeira colônia correcional – e aqui até mesmo o próprio nome já indica seu objetivo de correção –, percebe-se, entre seus objetivos, a correção pelo trabalho, “devendo aproveitar, além daquela fazenda, as colônias militares actuaes que a isso se prestarem, para correcção, pelo trabalho, dos vadios, vagabundos e capoeiras que forem encontrados, e como taes processados na Capital Federal.” (BRASIL, 1893, Art. 1º)

Portanto, não só retirá-los da rua, mas também possibilitar o encaminhamento para uma adequação social, o (re)enquadramento na norma da sociedade. A lei da

²⁷A criança como um cidadão de direitos foi trazida na Constituição Federal de 1988, no entanto o ECA esclarece quais são realmente os direitos e os deveres da criança e do adolescente.

época possibilitava a retirada do menor, caso seu responsável fosse suspeito de atos imorais ou frequentasse ambientes de “moralidade duvidosa”. Qualquer atitude que fosse contrária à moralidade e aos bons costumes da época, “permitia” que o estado interviesse, pois era objetivo do país que as pessoas fossem criadas dentro de um parâmetro em que o trabalho e os bons costumes fossem respeitados para garantir o bom andamento da pátria e que, portanto, caso o responsável não cumprisse seu dever, a lei o faria. Por isso a necessidade de que, quando encaminhado para um asilo, o menor fosse (re)educado da forma correta, para, assim, ser transformado em um cidadão de utilidade e de “honra”.

2º) O princípio da classificação. Ou seja, os detentos deveriam ser repartidos de acordo com a gravidade penal, segundo idade e etc.

Art.11. Enquanto não forem creadas colonias em numero correspondente ás classes dos individuos que forem, nos termos desta lei, internados, serão elles, na primeira colonia que o Governo estabelecer, agrupados separadamente, segundo a causa do recolhimento, sexo e a idade. (BRASIL, 1902, Art. 11)

§1º Essa remessa [menores abandonados] será precedida de um processo administrativo sobre o comportamento e os habitos do menor, o caracter, a moralidade, a situação e os meios de vida do pae, tutor, parente ou pessoa sob cujo poder ou guarda se ache, ou em cuja companhia viva, o que se será compelido a dar necessarias informações. (Idem, Art. 8, §1º)

Por um período na história da infância brasileira as crianças abandonadas permaneciam com menores infratores, adultos, entre outros. Porém, um grande movimento contra essas práticas de enclausuramento foi observado. No código de menores de 1979, pode-se verificar mais uma tentativa de organizar e separar os menores de acordo com suas potencialidades ou grau de perversão:

Art. 9º As entidades de assistência e proteção ao menor serão criadas pelo Poder Público, segundo as diretrizes da Política Nacional do Bem-Estar do Menor, e terão centros especializados destinados à recepção, triagem e observação, e à permanência de menores. (BRASIL, 1979, Art. 9º)

Em leis do Código de Menores de 1927, eram previsto pavilhões separados para a observação das menores que fossem dirigidas a essa escola de reforma. “Haverá também pavilhões divididos em compartimentos, destinados á observação das menores á, sua entrada e ás indisciplinadas.” (BRASIL,1927, art. 201, § 2)

3º) Princípio da modulação das penas: esse princípio possibilita a modificação da pena de acordo com as características do detento.

Tem-se um exemplo da possível mobilidade; uma possibilidade, uma margem, mesmo que mínima, da alteração do tempo de pena. “§2º Os menores assim recolhidos à colônia permanecerão nesta até a idade de 17 anos completos, salvo decisão em contrário do respectivo juiz.” (BRASIL, 1902, art. 8, § 2º)

4º) O trabalho como peça essencial da transformação

O trabalho, definitivamente, é um dos mais claros como percepção para o resgate e dever social.

Em 1893, como foi demonstrado “para correção, pelo trabalho, dos vadios, vagabundos e capoeiras que forem encontrados, e como taes processados na Capital Federal.” (BRASIL, 1893, Art. 1º)

No Código de Menores de 1927, no art. 28, menores que não mostravam interesse ou encaminhamento para o trabalho recebiam classificação de vadios: “Art. 28 São vadios os menores que: a) vivem em casa dos paes ou tutor ou guarda, porém, se mostram refractarios a receber instruccão ou entregar-se a trabalho sério e útil [...]”

Já na Constituição Federal de 1937, observam-se as diferenças de objetivos entre classes. Foucault corrobora com a seguinte afirmação: “a lei e a justiça não hesitam em proclamar sua necessária dissimetria de classe.” (2009, p. 262). Há a preocupação com o trabalho, principalmente para as “classes menos favorecidas”

O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. (BRASIL, 1937, Art. 129)

Obviamente, o trabalho até hoje é foco principal do governo para a população e também assegurado em lei para a criança e o adolescente no capítulo V do ECA – Do direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho. Em uma sociedade que se caracteriza essencialmente pelos seus mecanismos de segurança, que a população é alvo do poder e que a disciplina ainda é de extrema importância para garantir o sucesso do indivíduo, o trabalho é peça fundamental para a regulação e a administração da sociedade.

5º) Princípio da educação penitenciária

Foucault (2009) demonstra que, nesse postulado, a educação do detento está vinculada a duas coisas: a preocupação indispensável demonstrada pelo interesse da sociedade, como também a uma obrigação para com o detento.

Nessa máxima, é possível observar que a penitência está relacionada a educação do detento, possivelmente para que houvesse chance de enquadramento social.

A educação para as crianças teve como critério, por muito tempo, a instrução de forma mínima para que se pudesse proporcionar uma melhora e um encaminhamento para o trabalho. Inclusive, observa-se que a relação do trabalho está vinculada à educação de forma substancial. Tem-se como exemplo também deste princípio o art. 129 da Constituição de 1937, já anteriormente citada. Nesse artigo, percebe-se a preocupação do ensino em ser dirigido ao profissionalismo, em especial as classes menos favorecidas.

Como Rizzini aborda:

[...]o objetivo não era realmente tirar da ignorância a massa da população. Falava-se repetidamente em educar, mas com um sentido particular – como antídoto à ociosidade e à criminalidade e não como instrumento que possibilitasse melhores chances de igualdade social. (2006, p. 23)

A autora ainda destaca que, “aos menores, a instrução mínima que permitisse domesticá-los para o uso de sua força de trabalho.” (2006, p.24)

Percebe-se, então, que esse tratamento infligido às crianças nessas instituições, que através do horário rígido, da educação e ensino de um ofício, criava a possibilidade para o detento/criança de melhorar. As instituições de recolhimento de crianças tinham uma finalidade social e educativa, sendo a questão social exatamente como que Foucault demonstrou: estar relacionada à necessidade da sociedade. Já a questão educativa, está relacionada com as próprias crianças pertencentes a essas instituições. Essa dupla finalidade é atestada no Decreto-Lei nº 9.814, de 1946, em relação ao Patronato de Nossa Senhora Auxiliadora, o qual deixaria de existir caso parasse de “preencher as suas finalidades sociais e educativas”.

Nesses institutos disciplinares, a educação estava vinculada à moralidade e aos bons costumes. O Decreto nº 17.943 de 1927 aponta, no art. 199, como objetivo

dessas instituições disciplinares dar “educação phisica, moral, profissional e litteraria ás menores que a ella forem recolhidas por ordem do juiz competente”.

Quando observa-se mais de perto que tipo de educação é voltada a essas crianças institucionalizadas, é possível perceber que, mesmo a educação sendo uma obrigação para com o “detento”, a mesma acaba sendo destinada aos objetivos sociais. Quando analisada a descrição do tipo de educação física, moral e profissional, observa-se todo o direcionamento para o resgate desses “inválidos”

No artigo 211 do Código de Menores de 1927, as finalidades da educação se tornam mais claras:

Art. 211. Aos menores será ministrada educação phisica, moral, profissional e litteraria.

§ 1º A educação phisica comprehenderá a hygiere, a gymnastica, os exercicios militares (para o sexo masculino), os jogos desportivos, e todos os exercicios proprios para o desenvolvimento e robustecimento do organismo.

§ 2º A educação moral será dada pelo ensino da moral pratica, abrangendo os deveres do homem para consigo, a familia, a escola, a officina, a sociedade e a Patria. Serão facultadas nos internados as praticas da religião de cada um compativeis com o regimen escolar.

§ 3º A educação profissional consistirá na aprendizagem de uma arte ou de um officio, adequado á idade, força e capacidade dos menores e ás condições do estabelecimento. Na escolha da profissão a adaptar o diretor attenderá á informação do medico, procedencia urbana ou rural do menor, sua inclinação, á aprendizagem adquirida anteriormente ao internamento, e ao provavel destino.

§ 4º A educação litteraria constará do ensino primário obrigatorio

6º) O Princípio do controle técnico da detenção

Nesse princípio, o presídio deve ser controlado e assumido por pessoas especializadas. Nas casas de reformas e nos abrigos, a lei assegura técnicos para lidar com a educação dos menores. Um exemplo pode ser encontrado no Código de Menores de 1927, artigo 206, o qual garante o seguinte pessoal para a Escola de Reforma:

Art. 206. A Escola de Reforma terá o seguinte pessoal: “1 director; 1 escriptuario; 1 amanuense; 1 almoxarife; 1 medico; 1 pharmaceutico; 1 dentista; 1 instructor militar; 4 professores primarios; 4 mestres de officinas; 1 mestre de desenho; 1 mestre de musica; 1 mestre de gymnastica; 1 inspector geral; 4 inspectores e o pessoal subalterno de nomeação do diretor [...]

Interessante destacar a relação de poder e saber que Foucault frequentemente elucida e que está demonstrada aqui: “o poder, longe de impedir o saber, o produz” (Foucault, 1979, p. 148). Não é qualquer pessoa que pode falar, que pode instruir e corrigir os indivíduos, somente os detentores de saber e poder, representados na figura dos técnicos e dos especialistas. Ou seja, o psiquiatra no hospital psiquiátrico, o médico no hospital, o professor na escola, o juiz e o conselho tutelar para crianças e adolescentes e assim por diante.

7º) Princípio das instituições anexas.

Esse é o último princípio. Refere-se às “medidas de controle e de assistência até a readaptação definitiva do antigo detento.” (FOUCAULT, 2009, p. 257)

Art.13. Do producto do trabalho dos internados, e que consistirá uma das fontes de receita das colonias, reservar-se-há uma parte calculada segundo o esforço de cada correccional, para a formação do peculio, que será entregue a este no acto de sua sahida.(BRASIL, 1902, Art. 13)

No Código de Menores de 1927, capítulo V, art. 222, ainda é demonstrado como objetivo do Conselho de Assistência e Proteção dos Menores “vigiar, proteger e collocar os menores egressos de qualquer escola de preservação ou reforma, os que estejam em liberdade vigiada, e os que forem designados pelo respectivo juiz;”. Esse acompanhamento se dá afim de garantir que o menor siga o caminho adequado para os fins civis e morais.

Ainda hoje, esse acompanhamento das crianças que estão nos acolhimentos institucionais e em condições de adoção passa por critérios bem similares ao princípio da instituição anexa. Como exemplos, temos o estágio de convivência adotado pelo ECA, cujo prazo depende da autoridade judiciária. No entanto, se a adoção se der por estrangeiros, o prazo mínimo é de 30 dias, cumpridos em território nacional. (BRASIL, 1990, art. 46, § 1º)

Tais exemplificações, através de leis e decretos, tornam possível perceber que as casas de recolhimentos de menores nasceram envoltas em um meio complexo, em que os objetivos e os discursos não eram únicos. As causas dos recolhimentos eram amplas, de maneira que os menores estavam sujeitos, a qualquer momento, serem recolhidos e internados em um desses ambientes de “salvação e regeneração dos menores” e, por consequência, “salvação e regeneração do país”.

O movimento de salvação das crianças é um movimento quase que natural junto às mudanças que ocorriam em nossa sociedade. A sociedade, que um dia foi de suplício, em que o objetivo era satisfazer o soberano, o qual decidia sobre a vida e a morte de seus súditos, passou a ser hoje uma sociedade que apela para os mecanismos de segurança, onde o governo não foca somente o indivíduo, mas também a população como um todo.

A transformação das sociedades tem como base o poder; as alterações que ocorrem têm como interesse exato a manutenção do poder. Como Foucault manifesta, “o poder é um conjunto de mecanismos e procedimentos que tem papel ou função manter – mesmo que não o consigam – justamente o poder.” (1977-78, p. 04)

Quando uma sociedade que via no suplício sua principal forma de controle observa outra prática mais eficaz e menos onerosa de manter esse mesmo poder, a mudança ocorre. Da mesma forma acontece ao atingir uma sociedade disciplinar, a qual objetiva o corpo, onde sua submissão, seu controle, sua modelação, seu treinamento, enfim, sua docilidade e sua utilidade; acabam por desenvolver uma necessidade de ir mais além, a sociedade em que estamos não proíbe nem prescreve; estimula e gere os indivíduos através do desejo. “Enfim, a segurança, ao contrário da lei que trabalha no imaginário e da disciplina que trabalha no complementar da realidade, vai procurar trabalhar na realidade, fazendo os elementos da realidade atuarem uns em relação aos outros, graças e através de toda uma série de análises e de disposições específicas.” (FOUCAULT, 1977-78, p. 62)

Assim, surge outro momento em que dizemos *sim* ao invés de dizer *não*, em que a sociedade se movimenta através do desejo dos indivíduos, em que o governo tem como alvo a população. Mas a disciplina permanece e:

nunca, tampouco, a disciplina foi mais importante e mais valorizada do que a partir do momento em que se procurava administrar a população – e administrar a população não quer dizer simplesmente administrar a massa coletiva dos fenômenos ou administrá-los simplesmente no plano dos seus resultados globais; administrar a população quer dizer administrá-la igualmente em profundidade, administrá-la com sutileza e administrá-la em detalhe. (FOUCAULT, 1977-78, p. 142)

É nessas mudanças que os acolhimentos institucionais são hoje “medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração

familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade” (BRASIL, 1990, Art. 101 § 1º). Hoje o acolhimento se caracteriza, em lei, como uma medida de proteção da criança e do adolescente em situação de risco.

Utilizando-se das ferramentas de Foucault, é possível observar outros objetivos que o acolhimento institucional sustenta além dessa medida de proteção. É possível perceber algumas incompatibilidades/contradições da lei com a realidade desses acolhimentos. Essas adversidades possivelmente estão vinculadas à gênese dos acolhimentos e seus objetivos.

Para finalizar, gostaria de trazer uma última análise acerca dos acolhimentos institucionais em sua forma atual. Torna-se necessário ir além de seus objetivos mais conhecidos e atuais, ou seja, ver o acolhimento para além da garantia e proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes, mas também como uma instituição que ainda garanta a proteção contra iminentes problemas sociais, ver que sua existência está vinculada à defesa da sociedade.

A análise pode ser iniciada através da não garantia de proteção integral, ou melhor, através de afirmações que contradizem os direitos das crianças e dos adolescentes quando afastados da família, como alguns documentos elucidam.

A Convenção sobre os Direitos da Criança, de 1989, reconhece, em seu preâmbulo, que a família é um “grupo fundamental da sociedade e ambiente natural para o crescimento e bem-estar de todos os seus membros”, como também reconhece “que a criança, para o pleno e harmonioso desenvolvimento de sua personalidade, deve crescer no seio da família, em um ambiente de felicidade, amor e compreensão” rumo a sua vida independente.

Portanto, cabe analisar a seguinte mensagem: se a afirmativa é a de que “a criança, para o pleno e harmonioso desenvolvimento de sua personalidade, deve crescer no seio da família”, a mensagem subentendida é que a criança retirada da sua família não terá um desenvolvimento pleno e harmonioso e, portanto, terá um déficit na formação da sua personalidade. Assim, a medida de proteção ou se dará efetivamente aos bebês que vão direto à adoção ou a medida de proteção será parcial, possivelmente garantindo a condição física da criança, mas não a psicológica.

Mais exemplos contraditórios podem ser percebidos na pesquisa realizada pelo IPEA – CONANDA em 2004 que mostra algumas estatísticas que, apesar de

serem superficiais, demonstram que muitos dos direitos que as instituições visam proteger, na verdade, são cumpridos e assegurados por poucos acolhimentos institucionais. Por exemplo, quando se trata sobre o estímulo aos vínculos familiares, somente 5,8% dos acolhimentos cumprem a exigência. Já em relação ao apoio e à reestruturação familiar, somente 14,1% conseguem estimular este item. O incentivo à convivência com outras famílias é atingido por 22,1% das instituições; apenas 6,6% conseguem atender à necessidade de participar da vida da comunidade local. Ou seja, assegurar direitos é uma realidade ainda muito incipiente ao que deveria ser por parte dessas instituições.²⁸

Nessa linha de pensamento, gostaria de trazer ainda um parágrafo pertencente ao CONANDA que se refere à importância da família para o desenvolvimento infantil.

É amplamente reconhecida a importância da família no cuidado e no bem-estar de seus membros, uma vez que é o âmbito privilegiado e primeiro a proporcionar a garantia de sobrevivência a seus integrantes, especialmente aos mais vulneráveis, como crianças, idosos e doentes; *o aporte afetivo fundamental para o desenvolvimento infanto-juvenil e para a saúde dos indivíduos; a absorção de valores éticos e de conduta; bem como a introdução das crianças na cultura da sociedade em que estão inseridas.* (BRASIL, 2004, p. 211) [Grifo meu]

É perceptível o fato de que a família tem grande e fundamental importância social, por isso é verídico também que, caso a família não cumpra seu papel social, existe indubitável necessidade de intervenção do governo junto a este segmento tão eminente.

Foucault aponta em seu livro *O Poder Psiquiátrico* que a família é instância também de regulação entre parâmetros de normalidade:

O olho familiar tornou-se o olhar psiquiátrico ou, em todo o caso, olhar psicopatológico, olhar psicológico. A vigilância da criança tornou-se uma vigilância em forma de decisão sobre o normal e o anormal; começou-se a vigiar seu comportamento, seu caráter, sua sexualidade; e é então que vemos emergir justamente toda essa psicologização da criança no interior da própria família. (1973-74, p. 154)

Sendo assim, se a família, que deveria ser responsável pela inculcação dos valores da ética e da conduta, assim como também ser instância de vigilância, não tem condições de fazê-lo, é quase que natural o movimento do governo em cumprir essa importante atribuição. Não será corrido o risco de ameaça à segurança, à

²⁸Ver CONANDA, capítulo 8.

ordem e ao futuro da população pela ineficiência da família. Se a família não colocar a criança na escola para ser disciplinada e educada, ou se não vigiar a sua formação moral e física, nada mais visível do que o governo intervir e entregar essa criança para outras instâncias que são comprometidas em enquadrar a infância dentro da normalidade. Claro que tudo isso tem o viés de garantir:

[...] todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade. (BRASIL, 1990, Art. 3º)

3.1.2 Considerações finais

Desde o descobrimento até a atualidade, o Brasil passou por diferentes fases em relação ao atendimento da criança e do adolescente. Antes, o discurso de proteção da criança era em relação a salvar o país e ajudar a criança para que esta fosse protegida dos desvios que ela poderia vir a sofrer através de uma criação/formação inadequada. Hoje, o discurso de proteção da criança está cada vez mais próximo da própria criança, para que sejam resguardados seus direitos e deveres como qualquer outro cidadão.²⁹

Os acolhimentos institucionais em seu início demonstram a dualidade do atendimento à criança e ao adolescente que ora era vista como vulnerável e necessitada de cuidados, ora era vista como uma ameaça. Hoje, a medida de acolhimento é uma garantia ao direito da criança e do adolescente que, no entanto, apresentam controvérsias possivelmente vinculadas a sua gênese.

A garantia da norma, da disciplina e, principalmente, dos mecanismos de segurança estão cada vez mais presentes em nossa sociedade, através de diversos mecanismos de controle, sejam eles a escola, a família ou o próprio acolhimento institucional. Todos esses mecanismos fazem parte da nossa sociedade que visa o governo da população, o autocontrole, o gerenciamento da vida de forma cada vez mais eficaz.

Pensa-se a importância de refletir sobre instituições que têm por objetivo a garantia da integralidade do cuidado e o “pleno” desenvolvimento da infância

²⁹O exemplo mais atual é o Projeto de Lei nº 2654/2003 que quer evitar a utilização de castigos moderados ou imoderados na educação da criança seja qual for o ambiente, público ou privado.

brasileira, mas que, no final, acabam por garantir apenas uma parcialidade dos direitos, demonstrando que outros objetivos existem vinculados a essa medida de proteção.

Referências:

ARANTES, Esther Maria de Magalhães. Rostos de crianças no Brasil. In: **A Arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. (orgs.). 2.ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 10 de novembro de 1937.

BRASIL. Convenção sobre os Direitos da Criança - Adotada em Assembléia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989. Dispõe sobre os direitos da criança. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10120.htm>. Acesso em 11 mar 2012.

BRASIL. Decreto Nº 17.943-A de 12 de outubro de 1927 – Código de Menores. Consolida as leis de assistência e proteção a menores. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm>. Acesso em 11 mar 2012.

BRASIL. Lei Nº 6.697 de 10 de outubro de 1979 - Código de Menores. Dispõe sobre assistência, proteção e vigilância a menores. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697.htm>. Acesso em 11 mar 2012.

BRASIL. Decreto-Lei Nº 9.814 de 9 de setembro de 1946. Dispõe sobre o aforamento concedido ao Patronato Nossa Senhora Auxiliadora. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del9814.htm>. Acesso em 11 mar 2012.

BRASIL. Decreto Nº145 de 11 de julho de 1893. Concede autorização ao governo para fundar uma colônia correcional. Disponível em: <http://ciespi.org.br/media/decreto_145_11_jul_1893.pdf>. Acesso em 11 mar 2012.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13/07/1990. Dispõe sobre o Estatuto da criança e do adolescente (ECA). Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8069.htm>>. Acesso em 04 nov 2009.

BRASIL. Lei Nº 947 de 29 de dezembro de 1902. Dispõe sobre a reforma do serviço policial no Distrito Federal. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1900-1909/lei-947-29-dezembro-1902-584264-republicacao-107075-pl.html>>. Acesso em 11 mar 2012.

BRASIL. Projeto de Lei Nº 2654 /2003. Dispõe sobre alteração na Lei 8069 de 13/07/1990. Disponível em: <<http://www.fia.rj.gov.br/legislacao/leidapalmada.pdf>>. Acesso em 11 mar 2012.

BRASIL. **O direito à convivência familiar e comunitária**: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. Enid Rocha Andrade da Silva (coord.). Brasília: IPEA/CONANDA, 2004.

FALEIROS, Eva Teresinha Silveira. A criança e o adolescente. Objetos sem valor no Brasil Colônia e no Império. In: **A Arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. (orgs.). 2.ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009.

FOUCAULT, Michel. Aula de 12 de dezembro de 1973. In: **O Poder Psiquiátrico**: curso dado no Collège de France (1973-1974). Edição estabelecida por Jacques Lagrange, sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana; tradução Eduardo Brandão; revisão da técnica Salma Tannus Muchail, Márcio Alves da Fonseca. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. Poder - corpo. In: **Microfísica do poder**. Org. e trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **Segurança, Território, População**: curso dado no Collège de France (1977-1978). Edição estabelecida por Michel Senellart, sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana; tradução Eduardo Brandão; revisão da tradução Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. Soberania e disciplina. In: **Microfísica do poder**. Org. e trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhe. 36^a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009

RIZZINI, Irene. O Movimento de salvação da criança no Brasil – Idéias e práticas correntes de assistência à infância pobre na passagem do século XIX para o XX. **Congresso de Brasa VIII**. Vanderbilt University, Nashville, Tennessee, USA. Outubro de 2006.

3.2 A produção dos corpos e as finalidades de um acolhimento institucional no município do Rio Grande-RS

FREITAS, Débora Duarte³⁰

FIGUEIREDO, Márcio Xavier Bonorino³¹

RESUMO: O presente artigo integra uma dissertação que tem como proposta de pesquisa entender como surgiram os atuais acolhimentos institucionais no Brasil, em especial o Uletus, no município do Rio Grande no RS. Para isto, seleciona-se do campo teórico de Michel Foucault algumas ferramentas como seu entendimento de método e o discurso. Foram utilizadas entrevistas semiestruturadas com atuais funcionários da casa de acolhimento, como também com funcionários que tiveram participação na gênese do abrigo. Trabalha-se com os pensamentos de Foucault para corroborar com o entendimento de que ainda hoje, apesar de todos os movimentos de mudança, tanto do pensamento social como também das leis brasileiras, os acolhimentos ainda preocupa-se com a seguridade social, visando a defesa da população.

Palavras-chave: Corpos infantis, Acolhimento Institucional; Foucault.

The production of bodies and the purposes of a host institution in the city of Rio Grande-RS

ABSTRACT: The present article is part of a dissertation whose research proposal is to understand how the current hosts institution emerged in Brazil, especially the Uletus, in the city of Rio Grande in RS. For this, we selected from the theoretical field from Michel Foucault some tools as his understanding of method and the discourse. Have been used semi-structured interviews with current employees of the host, as well as with employees who participated in the genesis of the shelter. Have been used the thoughts of Foucault to help in the understanding that despite all the movements for change in the social thought as well Brazilian law, even though the hosts are worried about the social security, in order to defend de population.

Key Words: Children; host institution; Foucault.

O acolhimento institucional é uma medida de proteção, temporária, para crianças que por algum motivo necessitam ser afastadas de sua família. Contudo, esta pesquisa compreende o acolhimento como um ambiente complexo em que o objetivo não é visto somente como medida de proteção de crianças e adolescentes,

³⁰Graduada em Educação Física pela Universidade Federal de Pelotas. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Física. email: debynhax@gmail.com

³¹Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Educação Física. email: bonorinosul@gmail.com

mas, também, como medida de segurança à população, caso essas crianças fossem completamente abandonadas. Sendo assim, percebe-se que os acolhimentos vão além da sua definição estabelecida no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e, portanto, servem também como um mecanismo disciplinar e de segurança.

O presente artigo tem como objetivo perceber como vêm sendo constituídos os corpos infantis no Acolhimento Institucional Uletus³², em Rio Grande. Para tanto, foi utilizada uma perspectiva metodológica mais ampla, mais flexível no entendimento da palavra método.

Para Foucault, o método não é o caminho seguro como queriam Descartes e Ramus, até porque nada mais é seguro, previsível: nem os pontos de saída, nem o percurso, nem os pontos de chegada. E mais: não há um solo-base, externo por onde caminhar, senão que, mais do que o caminho, é o próprio solo sobre o qual repousa esse caminho que é construído durante o ato de caminhar. (VEIGA-NETO, 2009, p. 88-89)

Portanto, o método aqui utilizado abre mão de entendimentos cartesianos. Há, sim, um afinamento teórico em relação ao entendimento de Veiga-Neto acerca da metodologia foucaultiana:

Tomando *constituir* no sentido de formar, organizar, estabelecer, penso que as máximas foucaultianas *constituem uma teoria* e apontam um método ou, talvez melhor dizendo, *constituem uma teorização* – como um conjunto aberto/inacabado de práticas que se valem de diferentes métodos. Mas lembro mais uma vez: *teoria* e *método* têm de ser entendidos, aqui, numa perspectiva não-iluminista. E têm de ser entendidos como ponto de chegada de cada caso. O ponto de partida de Foucault jamais foi uma teoria que lhe dissesse o que é ou como deve ser o sujeito, como deve ser uma instituição, como deve ser uma moral e assim por diante. Jamais foi uma teoria-figurino que ele depois viesse a usar como medida-padrão-modelo-gabarito, na montagem de um método, para identificar o *quanto*, o *porquê*, o *como*, o *em que* cada um se afastou daquilo que deveria ser como sujeito; ou cada instituição, ou cada configuração social e política, ou cada código moral etc. se afastou de um suposto modelo. (2009, p. 92)

Nessa mesma linha metodológica, utiliza-se, também, a ferramenta de Michel Foucault em relação ao conceito de discurso para auxiliar na compreensão da constituição dos corpos em situação de acolhimento. Parte-se do entendimento de que o discurso é subjetivo, contingente, envolto de poder e de grande importância em uma sociedade como a nossa:

[...] mas no fundo em qualquer sociedade, existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que estas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem

³²Por opção, o acolhimento institucional pesquisado não foi identificado. Assim, o nome Uletus é fictício.

funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso. (FOUCAULT, 1979, p. 179)

É a partir dessa perspectiva e dessas ferramentas que serão organizadas as problematizações a seguir. Sendo assim, a pesquisa utiliza-se dos pensamentos de Foucault para corroborar com o entendimento de que ainda hoje, e apesar de todos os movimentos de mudança – tanto do pensamento social como também das leis brasileiras –, os acolhimentos não se desvincularam de sua genealogia, apenas alteraram alguns critérios que os tornaram uma medida sutil em prol dos menores de idade.

Assim, a pesquisa traz como exemplo um acolhimento institucional do município do Rio grande, no Rio Grande do Sul (RS), o qual surgiu em um momento de mudanças sociais profundas, mas que, no entanto, possui características extremamente especiais. Para corroborar com o estudo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas³³ com as pessoas que trabalharam no momento da fundação da casa, bem como com trabalhadores atuais do acolhimento.

Para uma melhor compreensão do presente artigo, faz-se necessário retomar a ideia de mecanismo de segurança pensado pelo filósofo-base desta pesquisa, Michel Foucault.

Foucault demonstra que a sociedade passou por diversos tipos de mecanismos. Por exemplo, na época da soberania existia um direito do soberano de decidir sobre a vida e a morte de seus súditos. Portanto, era um direito que permitia ao soberano matar de acordo com sua vontade/decisão.

Já nos séculos XVII e XVIII, começaram a aparecer técnicas que estariam centradas no corpo de forma individual. Tais mecanismos se preocupavam em aumentar a força útil dos corpos, discipliná-los, extrair o máximo de produção possível com menor custo, existindo técnicas, que permitiam um maior conhecimento e controle sobre os corpos, como as de vigilância, hierarquia, relatórios, entre outros. Essa sociedade foi nomeada pelo filósofo de sociedade disciplinar.

Quando se atinge a metade do século XVIII, outra tecnologia é desenvolvida, utilizando-se de outra superfície para suporte, onde não havia tanta preocupação

³³Para diferenciar os recortes feitos das entrevistas das citações, optou-se por destacar os trechos dos entrevistados na forma itálica. Além disso, foram preservadas a identidade das pessoas, portanto optou-se pela utilização de letras.

com o individual, mas sim com a massificação. Uma tecnologia que se desenvolve visando o homem como espécie e que Foucault chamará de biopolítica.

Esses mecanismos (da disciplina, da biopolítica) não são excludentes; na verdade, são mecanismos que se aprimoram.

[...] a disciplina tenta reger a multiplicidade dos homens na medida em que essa multiplicidade pode e deve redundar em corpos individuais que devem ser vigiados, treinados, utilizados, eventualmente punidos. E, depois, a nova tecnologia que se instala se dirige à multiplicidade dos homens, não na medida em que ela forma, ao contrário, uma massa global, afetada por processos como o nascimento, a morte, a produção, a doença, etc. Logo, depois de uma primeira tomada de poder sobre o corpo que se fez consoante o modo da individualização, temos uma segunda tomada de poder que, por sua vez, não é individualizante mas que é massificante, se vocês quiserem, que se faz em direção não do homem-corpo, mas do homem espécie. (FOUCAULT, 1976, p. 289)

É através dessa biopolítica que irão surgir novos mecanismos, muito mais sutis, muito mais racionais, economicamente falando. E é dentro dessa perspectiva que se acaba por lidar com a população, pois se lida com um novo corpo: “[...] corpo múltiplo, corpo com inúmeras cabeças, se não infinito pelo menos necessariamente numerável. É a noção de ‘população’.” (FOUCAULT, 1976, p. 292). O foco é minimizar os riscos e inconvenientes, seja através do controle social, seja da questão biológica. Antever, pensar o que poderá acontecer são algumas das características da sociedade de segurança.

Foucault mostra de forma resumida uma comparação que permite uma melhor visão acerca dos mecanismos.

[...] enquanto a soberania capitaliza um território, colocando o problema maior na sede do governo, enquanto a disciplina arquiteta em espaço e coloca como problema essencial uma distribuição hierárquica e funcional dos elementos, a segurança vai procurar criar um ambiente em função de acontecimentos ou de séries de acontecimentos ou de elementos possíveis, séries que vai ser preciso regularizar num contexto multivalente e transformável. (FOUCAULT, 1978, p. 27)

Portanto, os dispositivos de segurança, de acordo com Foucault (1978, p. 28),

[...] trabalham, criam, organizam, planejam um meio antes mesmo da noção ter sido formada e isolada. O meio vai ser, portanto, aquilo que se faz a circulação. O meio é um conjunto de dados naturais, rios, pântanos, morros, é um conjunto de dados artificiais, aglomeração de indivíduos, aglomeração de casas, etc. O meio é um certo número de efeitos, que são efeitos de massa que agem sobre todos os que aí residem. É um elemento dentro do qual se faz um encadeamento circular dos efeitos e das causas, já que o que é efeito, de um lado, vai se tornar causa, do outro.

É neste movimento em direção ao homem-espécie que os mecanismos acabam por atingir a população e é aí que se pode ser pensada a infância e a necessidade de um discurso de proteção e abrigo como necessários para a criança desassistida. Mas será que a necessidade está somente na defesa da infância como as atuais leis dizem? Nessa perspectiva da sociedade de segurança, se crê na necessidade primária de proteção para a sociedade. E é através dessa perspectiva que vão ser debatidas, a seguir, as questões da infância.

3.2.1 A história da infância: retomadas e atravessamentos

A atenção ao atendimento de crianças abandonadas até o século XX foi dispensada, fundamentalmente, pela prática religiosa. Após esse período, o Estado começou a financiar alguns estabelecimentos públicos. Em 1923, foi criado o primeiro Juízo de Menores. Na Era Vargas, o movimento em torno do público pueril tornou-se mais saliente e a necessidade de fortalecer a nação fez aparecer duas categorias para a infância: o menor e a criança. Ainda no período Getulista, surgiu o Serviço de Atendimento ao Menor – SAM, sistema equivalente às penitenciárias. No entanto, estes eram destinados aos menores de idade que se encontravam em conflito com a lei. Após 30 anos, o SAM é extinto e entra em vigor a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor – FUNABEM, proposta assistencialista que tinha por objetivo caracterizar nacionalmente a política do bem estar do menor. Todavia, ao final da década de 70 um movimento social contra a prática de confinamento das crianças e dos adolescentes vinculados às instituições se fortalece.

Já a década de 80 foi um período em que houve grandes mudanças no atendimento dispensado às crianças. Como exemplo, é possível citar a falência da FUNABEM, o surgimento das Organizações Não Governamentais³⁴, o surgimento de uma nova identidade política “consubstanciada na Coordenação Nacional do Movimento de Meninas e Meninos de Rua, que se constitui em oposição à ‘doutrina de situação irregular’” (VOGEL, 2009, p. 309), etc.

Esse período culmina com dois grandes destaques que mostram o movimento do pensamento social na época: a promulgação da nova Constituição Federal de

³⁴Ver Educação Não-Formal: Contextos, percursos e sujeitos, 2005.

1988 e, em 1990, a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, o qual garante à criança a integralidade de seu cuidado.

No entanto, nessa mesma década, mais precisamente no ano de 1988, um acolhimento institucional foi fundado no município de Rio Grande e, apesar de todo o debate nacional, tal acolhimento obteve destaque devido a diversos fatores; um seria o fato de ter surgido, como já foi dito anteriormente, em um momento diferenciado do olhar sobre a criança e o adolescente. Mas, principalmente – e definitivamente – pelo fato de exatamente distorcer a fase de debate teórico existente na época, pois as crianças e adolescentes que viviam na casa não possuíam condições adequadas de cuidado que o discurso e as leis que estavam nascendo exigiam, demonstrando as fissuras do discurso e das práticas judiciária e social.

3.2.2 O movimento em prol da infância e o nascimento de um acolhimento

A instituição não governamental Uletus foi fundada em 23 de setembro de 1988, no município de Rio Grande, tendo como objetivo a recepção e a triagem dos menores encaminhados pelo Juizado de Menores e a orientação ocupacional do menor em situação de risco (ESTATUTO SOCIAL, 1988). Antes de se tornar oficialmente a Uletus, o local já realizava a recepção de crianças, designado como “Abrigo Provisório de Menores”.

A Uletus possui características senão únicas, pelo menos singulares. Seu local de criação foi ao lado do antigo presídio³⁵ do município de Rio Grande. A afinidade existente entre o antigo abrigo e o presídio era grande: alimentação, gás, telefone e até mesmo um cuidador – que era presidiário na época – unem essas duas instituições de objetivos tão diferentes teoricamente, mas com práticas muito próximas, como narra uma das entrevistadas: *“Na verdade, havia uma coisa muito ligada né ãh...eu me lembro quando a gente ia telefonar, a questão da troca de gás a gente ia ali no presídio e eles guardavam a carne dentro ãh na Uletus no freezer.”* (Entrevistada C).

³⁵Há rumores que tal proximidade com o presídio se dava devido nos primórdios a casa fazer parte do presídio. Provavelmente pertencia a algum chefe da penitenciária.

A entrevistada R³⁶ também confirma essa aproximação entre o presídio e a Uletus. Quando perguntado se havia ligação entre essas duas instituições, responde:

Tinha, claro. A ligação deles era enquanto a alimentação. Toda a alimentação da Uletus quando eu cheguei lá era o presídio que dava, entendesse? No início eu não me lembro se eles faziam a comida. Não! Eu acho que o seu João³⁷ trazia os gêneros né, arroz, feijão essas coisas todas cedidas pelo presídio e ele cozinhava pras crianças. Era assim que funcionava... pra ele e pras crianças que porventura estivessem ali e ele ficava naquela casa sempre mas a ligação era sempre. Sempre teve a ligação com o presídio. Pelo menos nos primeiros anos.

No início quem cuidava das crianças era um presidiário cedido pela instituição vizinha com o aval, de acordo com as funcionárias, do judiciário:

É na época... quando eu cheguei ali, seu João – se eu não me engano, é João o nome dele – e ele não é que ele cuidasse das crianças, ele cuidava da casa, entendesse? Então tinha uma ou duas crianças ali e tal e aí ele vinha, auxiliava, cuidava, dormia ali, porque ele podia dormir tipo um albergue do presídio porque era grudado no presídio. Então ele era um lá dos responsáveis que podia... que cuidava das crianças mas não tinha crianças assim. Eu me lembro de que tinha uma ou duas maiorzinhas quando eu cheguei lá. Não tinha... o número era bem reduzido de crianças. (Entrevistada R).

Essa particularidade do acolhimento do município de Rio Grande mostra como o aspecto judiciário/penal encontrava-se confundido com a história de proteção da infância e como o discurso de proteção sofria atravessamentos constantes.

[...] Quem fez surgir a casa foi a juíza a Dra. Mylena, né? Na verdade o início da casa, o nascimento da casa tem muito a ver com judiciário, ainda era o Código de Menores vigente, né. Não era o Estatuto da Criança e do Adolescente né, era o Código de Menores e essa juíza ela não era... não existia uma vara exclusiva da infância e da juventude naquela época, não havia uma vara... um juiz, ãh... exclusivo pra trabalhar o Código de Menores daquela época era um juiz que era tanto do Código de Menores como também a questão das execuções penais. Então tu vê que tava misturado a questão de quem criou, né, tava tudo muito misturado e assim quem criou a casa ela veio de uma demanda ãh... justamente que tava no judiciário, né. Uma demanda de o que fazer com essas crianças em situação irregular e tudo. (Entrevistada C).

³⁶A entrevistada R trabalhou até 1997 ou 1998 na casa, não soube precisar ao certo até que ano ficou como funcionária.

³⁷Nome fictício do presidiário que trabalhou na casa.

O movimento teórico que ocorria repercutia, de alguma forma, na prática. No entanto, as separações não são tão claras assim. Os presidiários já possuíam uma estrutura muito maior que as crianças em situação irregular. Isso foi demonstrado nas entrevistas já que, para realizar uma ligação telefônica, os funcionários da casa deveriam se encaminhar ao presídio, pois a casa não tinha telefone. A alimentação era doada, em parte, pelo próprio presídio e a outra parte vinha de outras doações feitas pela comunidade de forma geral. Quando o gás terminava, era cedido do presídio. Portanto, é possível perceber que a estrutura para as crianças era bem mais precária do que a dos presidiários. Se for pensado no critério de cuidados técnicos, os presidiários possuíam os agentes penitenciários, enfermeiros, entre outros profissionais, ou seja, pessoal especializado e contratado especificamente para o cuidado dos detentos. Já as crianças não tinham um quadro técnico específico para elas, o que explica o judiciário ter cedido um presidiário³⁸ para o cuidado desses menores que ali estavam, pois não havia gente suficiente para o cuidado com as crianças. Uma das entrevistadas relatou que, às vezes, no final de semana, levava uma das meninas para sua casa, já que não havia quem ficasse cuidando dela.

A casa inicialmente possuía condições tão precárias que em algumas entrevistas foi narrado seu início³⁹ como não se caracterizando um lar por não possuir especificidades de uma habitação, quanto mais para garantir a proteção e os direitos das crianças que ali viviam. Sendo perguntado a uma entrevistada como deveria ser chamado ou adjetivado esse início da instituição, a mesma respondeu:

Era um lugar, era um lugar onde eram colocadas as crianças, né. Tinha que colocar as crianças, eram crianças que na época eram considerados em situação irregular, né. Depois do Estatuto da Criança e do Adolescente que surge a medida de proteção de abrigo. Na época era situação irregular. Por um momento elas estavam no... tinha fechado o abrigo de uns, os outros estavam sendo devolvidos e precisavam ser colocados em algum lugar. É na verdade eram o antigos depósitos que a gente chamava, né [...]
(Entrevistada C.)

³⁸De acordo com os entrevistados, houve dois presidiários que cuidaram das crianças. Após o primeiro ter sido libertado, veio um segundo presidiário que ficou mais tempo junto das crianças. Este senhor foi identificado na pesquisa, porém se negou a dar entrevista.

³⁹O período inicial da casa refere-se do final de 1987, mais precisamente a partir da consolidação do Estatuto Social da Uletus que é datado de 88.

Além disso, no início, apesar da casa nunca ter abrigado menores infratores, as crianças viviam em um tipo de cárcere privado bem parecido com o sistema penitenciário.

I/R: é por que inicialmente elas não podiam sair de lá. R: Elas não saiam de lá entendesse? Ficavam lá. I: E esse tratamento dado por essa pessoa aí que tava cuidando das crianças era sistema meio presídio, assim, chegava a noite ele colocava as crianças no quarto, passava uma corrente fechava o cadeado, eles ficavam fechadinhos durante a noite lá, e não saiam pra nada, eles tavam num sistema de... R: Semelhante ao do presídio, né. (Entrevistadas I e R)⁴⁰.

Nesse período, as crianças não frequentavam a escola, não utilizavam a rede escolar como pessoas da comunidade, vivendo dentro do acolhimento sem possibilidade de saída.

Em alguns momentos, a nova constituição e o ECA foram citados pelos entrevistados como motivadores de mudanças e, em outros, dizem ser lenta a mudança e não assegurada só por estar registrada na lei.

A respeito do ensino das crianças, uma das entrevistadas narrou que foi uma conquista a possibilidade de as crianças frequentarem a escola. Outra afirma que a mudança de mentalidade na assistência à infância fortaleceu a mudança de atitudes, conforme expõe:

[...] é o que que aconteceu? Aconteceu que houve uma mudança de mentalidade. Nós começamos aquilo, a funcionar mesmo em (19)88. Até lá era uma coisa muito incipiente. E em (19)90 veio o ECA. Então, queira ou não queira, o judiciário teve que mudar a mentalidade deles. As coisas já vinham acontecendo. A casa surgiu exatamente no momento de mudança, de... de... de atitude, de mentalidade em relação ao atendimento da criança e do adolescente. (Entrevistada R).

Uma entrevistada citou a dificuldade da retirada do presidiário⁴¹ que cuidava das crianças. Foi-lhe questionado se, mesmo existindo todo um movimento de mudança, essa dificuldade se manteve, ao que ela respondeu: “Ah é assim por que as coisas não acontecem do dia pra noite, no momento que tá a lei dada que as coisas acontecem, demorou um pouco.” (Entrevistada R).

⁴⁰Essa entrevista ocorreu com duas funcionárias que trabalharam na casa. Por isso, na transcrição aparecerá I e R, duas letras para referir quem está falando cada parte. Quando aparecer as duas letras antes de começar a fala é porque as entrevistadas falaram juntas.

⁴¹O primeiro presidiário, de pseudônimo João, ficou pouco tempo cuidando das crianças. Em seguida, outro presidiário permaneceu por um longo período na casa. Inclusive, sua própria família morou na casa na tentativa de melhorar a qualidade de atendimento dispensada às crianças e aos adolescentes que viviam nela naquela época.

É claro que esse movimento de mudança era um movimento natural. Foi representado muito tempo antes, quando são apontadas e criticadas as práticas de enclausuramento das crianças, sem que se objetivasse um fim, pois “o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso” (FOUCAULT, 2009, p. 29). E um corpo fechado em um estabelecimento sem possibilidades de adestramento, disciplina e trabalho definitivamente não se torna útil para os objetivos sociais, seja no século XX ou no XXI. O encaminhamento do indivíduo para que se atinja um assujeitamento do corpo deve acontecer.

O corpo deveria ser o alvo neste espaço de resguardo da infância. Mesmo quando a Uletus ainda era nomeada Abrigo Provisório de Menores, onde não havia, como já citado, funcionários habilitados para cuidar das crianças, pois quem cuidava era somente um presidiário que de acordo com as entrevistadas a noite trancava as crianças em um quarto e passava o cadeado; mesmo assim, o Abrigo Provisório tinha como objetivo orientação ocupacional do menor. Mesmo sem nenhuma estrutura de cuidado, mesmo caracterizando um depósito, a preocupação com o encaminhamento do menor para uma futura ocupação já era apresentada. Essa preocupação sempre constante com o trabalho, possível de observar em diversas leis e documentos de diferentes períodos históricos, é porque o trabalho tem a função principal de adestramento, obediência. Foucault, quando perguntado sobre o porquê dele empregar a palavra trabalho sem a questão da produtividade responde:

Acontece que me ocupei de pessoas que estavam situadas fora dos circuitos do trabalho produtivo: os loucos, os doentes, os prisioneiros e atualmente as crianças. O trabalho para eles, tal como devem realizá-lo, tem um valor, sobretudo disciplinar. (FOUCAULT, 1979, p. 223)

E continua, sobre a função que o trabalho possui:

A função tripla do trabalho está sempre presente: função produtiva, função simbólica e função de adestramento, ou função disciplinar. A função produtiva é sensivelmente igual a zero nas categorias de que me ocupo, enquanto que as funções simbólica e disciplinar são muito importantes. Mas o mais freqüente é que os três componentes coabitem. (FOUCAULT, 1979, p. 224)

O espaço do acolhimento institucional como um local de proteção das crianças e dos adolescentes em situação de risco facilmente se mistura aos critérios de proteção também da sociedade. Proteção contra os possíveis problemas que essas crianças causariam caso fossem deixadas sem educação e sem disciplina.

Para ilustrar essa dualidade ainda existente em relação às crianças/adolescentes vulneráveis, assim comumente chamadas, tem-se um cartaz

hodierno (ver figura 1), desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Rio Grande em parceria com o Governo Federal e com o Programa de Prevenção à Violência – PPV, que circulou pela cidade no ano de 2011. O mesmo se utiliza de uma imagem de campanha nacional contra a violência à criança. No entanto, acrescenta abaixo da imagem o seguinte texto “Rigidez, autoritarismo e gritaria não tem nada a ver com dar limites e educar.” Mais abaixo segue “Educando as crianças de hoje não será necessário castigar os adultos de amanhã.” Ou seja, crianças encaminhadas não necessitarão ser punidas, pois não causarão problemas. Eduque, controle as crianças e a sociedade estará mais segura!

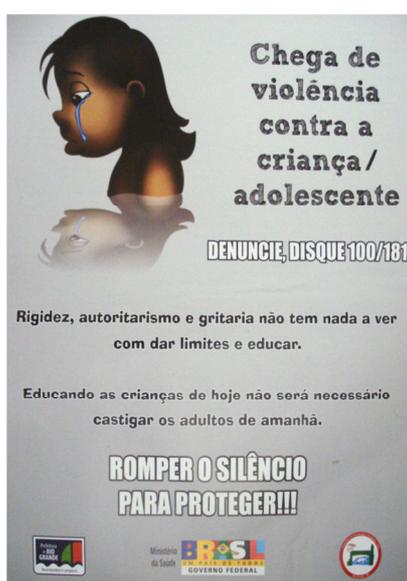


Figura 1 – Cartaz de Prevenção à Violência, 2011.

Mesmo após décadas de abandono do discurso de que a criança é vista como possível risco para a sociedade – pelo menos em lei esse discurso foi abandonado; as crianças hoje são protegidas por serem cidadãos de direito e não pela possível ameaça à ordem social – cartazes como esses são produzidos, retomando o pensamento de séculos passados.

Reflexões como essas são comuns, talvez pela origem dos acolhimentos institucionais como um todo ou pelo simples fato de vivermos em uma sociedade que se preocupa em gerir a massa geral da população para os fins econômicos e políticos necessários.

Outro exemplo, vinculado a essa dicotomia da criança que está em perigo, mas que também é perigosa é demonstrado em uma das entrevistas realizadas. A mesma se deu com o atual presidente da casa, que está no cargo desde a década

de 1990. Ele estava comentando acerca do surgimento da casa e os movimentos realizados para conseguir um auxílio⁴² da prefeitura, já que esta não contribuía com sua manutenção. O presidente, em conversa com um vereador da época disse: “*eu mostrei o que a gente tinha e o que que a gente precisava e tudo da prefeitura e o quanto ia melhorar o tratamento das crianças na cidade. **O quanto ia diminuir os marginais e essas coisas todas.***” [Grifo nosso]

Nessa parte da transcrição, é possível observar, de forma clara, a dualidade passada para a sociedade por crianças em situação de risco, pois o presidente da instituição demonstra uma preocupação com as crianças como sujeitos de direito através do tratamento dispensado a elas. Por outro lado, apresenta como vantagem para a sociedade a exclusão desses “marginais”.

Em outro momento, novamente o presidente da instituição retoma essa linha de pensamento, em uma situação parecida com a anterior, tentando conseguir auxílio com a prefeitura para a continuação do trabalho da casa. Dessa vez, o encontro era com o prefeito da cidade: “*Se tu não fizer alguma coisa por essa entidade da cidade que trabalha com criança, dentro de pouco tempo tu vais ter que mandar fazer outro cadeião e vai ser insuficiente... do grupo de marginais que vai se criando na cidade*”.

Nossa sociedade, atualmente, está vinculada a mecanismos reguladores que são fundamentais para gerir a vida da população como um todo e da melhor forma possível. É necessário, portanto, como Foucault demonstra,

[...] instalar mecanismos de previdência em torno desse aleatório que é inerente a uma população de seres vivos, de otimizar, se vocês preferirem, um estado de vida: mecanismos como vocês vêem, como os mecanismos disciplinares, destinados em suma maximizar as forças e a extrai-las, mas que passam por caminhos inteiramente diferentes.(FOUCAULT, 1976, p. 293-294)

O acolhimento institucional passa por diversas instâncias, tanto pelo mecanismo da disciplina que visa o corpo de forma individual, já que os abrigos possuem uma rotina extremamente organizada, com horário de banho, alimentação,

⁴²Como de praxe, o acolhimento institucional, no seu começo não recebia ajuda financeira da Prefeitura Municipal. Hoje, entretanto, cada criança gera para o acolhimento um salário mínimo pago por este órgão. Quando a entrevista ocorreu, o presidente da casa explicou que esse critério estava para mudar que devido à dificuldade da prestação de contas, já que o número de crianças está sempre variando. A casa passaria a receber por mês o valor relativo a 20 crianças, mesmo que tivesse mais ou menos crianças em medida de proteção na casa.

estudo, entretenimento, descanso, etc., como também por hierarquizações, triagens, vigilâncias, avaliações, dentre outros.

Além desses mecanismos, os acolhimentos, também envolvem o indivíduo que nele se encontra com outras tecnologias, como:

[...] uma tecnologia que agrupa os efeitos de massas próprios de uma população, que procura controlar a série de eventos fortuitos que podem ocorrer numa massa viva; uma tecnologia que procura controlar (eventualmente modificar) a probabilidade desses eventos, em todo o caso compensar seus efeitos. (FOUCAULT, 1976, p. 297)

Esse controle pode se dar através da amenização dos danos causados por uma família instável, que não cumpriu seu papel de disciplinadora, de vigilante com suas crianças para que estas permanecessem na norma reguladora da sociedade, fato demonstrado na continuação da entrevista do presidente da casa em relação à necessária mudança de hábitos ou até mesmo à inculcação de novos hábitos considerados saudáveis por crianças que antes não os possuíam devido à limitação da condição familiar e, portanto, não se enquadrando socialmente.

Então é um resgate da cidadania. É um trabalho muito difícil porque as atitudes... porque eles vêm com essa... essa revolta da própria família deles não ter um princípio saudável, né. Eles vêm com essa... a gente custa a apagar, mas a gente ... não é com violência que a gente vai apagar isso, é com educação, paciência...

Na entrevista da atual coordenadora, fica claro que um dos objetivos da casa é garantir direitos e proporcionar a essas crianças que possuíam vários déficits a tentativa de possibilitar uma vida normal: “*É garantir os direitos, né, ãh... cuidar, proteger, né, fazer com que eles consigam ter uma vida quase que normal, né, apesar da situação.*” Logo em seguida, foi perguntado o porquê da palavra *quase*, indicando a possibilidade da criança, apesar de estar em um local de proteção que visa garantir seu “pleno” desenvolvimento⁴³, não conseguir garantir a normalidade em sua vida. Ela responde que:

Normal, normal, normal não. Acho ... acho que nenhuma criança... é assim, ó, pode até tentar se resgatar... ãh, buscar pra que eles... pra que eles tenham uma vida normal. Mas assim, ó, eu acredito que nenhuma criança longe da família, de um lar seguro, onde tenha o amor da família, né eu acho que é a base de tudo. Acho que... nunca é totalmente normal, né. Eu

⁴³Ver IPEA-CONANDA (2004) e o documento da Convenção sobre os Direitos da Criança (1989).

acho que precisa... a base de tudo é a família. A gente pode fornecer, tentar fazer de tudo pro melhor deles, pra eles... Mas assim, ó, por mais que a gente tente, a gente se esforça... eu sei que tem uma lacuna ali [...].

A normalidade, muitas vezes, está vinculada ao respeito, à honestidade, à integridade, à educação e ao trabalho, critérios considerados fundamentais para o enfrentamento da vida, como a atual coordenadora da casa relata em sua entrevista:

[Fulana]⁴⁴ mesmo, né, está trabalhando num salão, ela tá conseguindo aprender o que que é responsabilidade. Não é um emprego maravilhoso, que todo mundo almeja, mas ela tá aprendendo o que que é responsabilidade. Então assim, ó, alguns passos da vida a gente tenta mostrar, a gente tenta passa tudo o que a gente pode mostrar pra eles aproveitarem e terem a noção de que a vida lá fora não é fácil, né, e que as coisas é tu ter... um bom caráter, saber enfrentar a vida de frente, que é com responsabilidade, com educação, respeito às pessoas, então isso tudo faz parte da... educação, né.

Essa busca pela normalidade é importante devido às próprias características que a nossa sociedade possui. Os parâmetros sociais sugerem que qualquer sujeito que não se enquadrar dentro dessa normalidade estipulada está criando, por consequência, sua antítese.

Mas, de que normalidade está se falando? A normalidade é convencionalizada pelo sujeito que estuda, que trabalha, que constrói uma família, que é honesto, etc. Portanto, as pessoas que vivem fora desse padrão assustam. Foi assim que as crianças na passagem do século XIX para o XX foram enquadradas como necessitadas de uma intervenção do Estado. Afinal, se fossem deixadas sem instrução e disciplina, causariam problemas, ameaças à sociedade. Aí é que está a genealogia dessas instituições que têm como público-alvo as crianças. E é por isso que, ainda hoje, os abrigos – atualmente acolhimentos – se sentem na obrigação, mesmo não estando em seu estatuto social de forma direta, de educar, de ensinar hábitos saudáveis para que se tenha uma vida normal, ou pelo menos “quase” normal.

Diz-se “de forma direta” pelo fato de, apesar de não se fazer referência ao ensinamento de uma vida padrão, encontrar-se idealizada nos objetivos do acolhimento Uletus. Contudo, em seu estatuto social há como objetivo: “Desenvolver programas preparatórios para inscrição no mercado de trabalho.” Ora, a partir do momento que o encaminhamento para o trabalho se insere como propósito, é

⁴⁴Aqui foi citado o nome de uma das meninas que vivem na casa. Para evitar qualquer tipo de identificação, seu nome não foi exposto.

necessário saber que vai haver uma finalidade disciplinar com essas crianças, pois a disciplina,

[...] dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma “aptidão”, uma “capacidade” que ela procura aumentar; e inverter por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. [...] a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada. (FOUCAULT, 2009, p. 134)

É por intermédio desse poder minucioso e potencializado que ainda hoje a disciplina é tão importante.

Talvez seja nessa busca pelo enquadramento que o presidiário tenha sido colocado para cuidar das crianças, no caso da casa de acolhimento citada neste trabalho. Alguma organização, disciplina ou pelo menos uma vigilância seria transmitida através de um adulto que já havia passado por instâncias disciplinadoras.

Ainda hoje, dentro do abrigo, a equipe da instituição passa por diversas tentativas de auxiliar nas mudanças de hábitos, de inclusão numa vida social considerada normal, seja através do atendimento psicológico⁴⁵, seja através da professora⁴⁶ contratada para cuidar e potencializar o rendimento escolar das crianças ou, até mesmo, através dos programas de Apadrinhamento Afetivo que o município possui. Tais programas têm o intuito de proporcionar às crianças dos abrigos “um vínculo afetivo e uma referência moral e física”. (JORNAL AGORA, 2011). Todos esses meios parecem ter como objetivo principal a possibilidade de uma inclusão em uma vida padronizada pela sociedade. Nesse ponto, é interessante lembrar um comentário de Foucault acerca dos regimes de verdade que a sociedade como um todo está vinculada:

O problema não é mudar a “consciência” das pessoas, ou o que elas têm na cabeça, mas o regime político, econômico, institucional de produção de verdade.

Não se trata de libertar a verdade de todo sistema de poder – o que seria quimérico na medida em que a própria verdade é poder – mas de

⁴⁵As crianças deste acolhimento institucional recebem suporte psicológico através de um programa chamado Rede Família. A psicóloga do programa não atende exclusivamente as crianças dessa casa.

⁴⁶A casa possui uma professora contratada que, segundo seu presidente, é “encarregada de ver...de...de fazer contato com os professores, ver o que é preciso fazer pra eles terem um rendimento maior.” (informação verbal).

desvincular o poder da verdade das formas de hegemonia (sociais, econômicas, culturais) no interior das quais ela funciona no momento. Em suma, a questão política não é erro, a ilusão, a consciência alienada ou a ideologia; é a própria verdade. (FOUCAULT, 1979, p.14)

São esses regimes de verdade que acabam por inserir pensamentos e acabam por nos fazer acreditar que é necessário retirar essas crianças de suas casas e garantir seus direitos mas que, ao final, a mensagem é de transformar esses corpos que serão inúteis em corpos disciplinados, dóceis e, mais importante, corpos produtivos.

Além dos fatores internos de um acolhimento, que são basicamente manter a harmonia na casa, educar e assegurar direitos, há a necessidade também do efeito global, efeito coletivo para que os objetivos da sociedade de segurança sejam alcançados. O Código de Menores de 1927 parece já incorporar em sua legislação alguns dos efeitos de controle que Foucault aponta, ou seja, a necessidade de prevenir males sociais e neutralizar seus efeitos. O artigo 222 do Código de Menores de 1927, no inciso V, expõe:

V - fazer propaganda na Capital Federal e nos Estados, com o fim de, não só prevenir os males sociais e tendentes a produzir o abandono, a perversão e o crime entre os menores, ou comprometer "sua saúde e vida, mas também de indicar os meios que neutralizem os efeitos desses males.

Trabalhar com a população, convencê-la a participar do jogo do cuidado e demonstrar sua parte de responsabilidade para com a sociedade são mecanismos dessa mesma sociedade de segurança. Cada vez mais é possível perceber-se o movimento do Governo em relação a esse trabalho com a população, seja através de campanhas como "O amor é a melhor herança. Cuide das crianças", da emissora de televisão RBS, seja através de novas leis como a Lei da Palmada. Mecanismos que chegam de formas sutis, que passam a ser pensados como necessários e naturais para a manutenção do equilíbrio social.

A Uletus, mesmo em seu estatuto tem, entre seus objetivos: "Desenvolver programa de orientação e treinamento e atividades sempre que houver aporte de recursos financeiros tanto de pessoas físicas, jurídicas ou entidades públicas ou privadas." (ESTATUTO SOCIAL, 2006, art. 2)

Essa dualidade de objetivos, vinculados ao nascimento dessa casa de acolhimento, é muito forte. Nos relatos de uma das entrevistadas, é possível perceber que, até 2004, ainda a criança/adolescente que entrava em uma medida de

proteção dificilmente saia. Portanto, o discurso de proteção se liquefaz em um meio real de objetivos que vão muito além da proteção à infância.

Existia um trabalho com as crianças, mas não existia um trabalho com as famílias. O judiciário, ele mandava as crianças e ficava no aguardo de que essas crianças elas ah, a família, se organizassem, que elas voltassem ou fossem adotadas. E as casas ficavam no aguardo do judiciário. Então, na verdade, um esperava pelo outro e ninguém fazia nada, só aquilo que fosse muito escrachado, né, ou seja, uma família que buscasse muito, que se mostrasse muito capaz, oh, apareceu um tio rico, alguma coisa assim, a criança voltava pra família. Senão não. Ficava parada dentro da instituição. [...] (Entrevistada C)

E ainda a entrevistada segue explanando que, após essa reflexão de que as crianças quando entravam em um abrigo tinham pouca possibilidade de sair dele, é que foram pensados meios de alterar essa realidade:

E... e o que que surgiu? Surgiu, então, essa equipe. Ela tinha finalidade de que, de trabalhar a família. Então eles buscavam a família, conheciam a família e potencializavam essa família. Na verdade, foi o embrião do Rede Família⁴⁷, né. Foi isso. Também em 2004 a gente criou as redes de abrigagem que eram encontros mensais junto ao judiciário com o Ministério Público, Conselho Tutelar, COMDICA⁴⁸, os abrigos no sentido da gente discutir cada criança e construindo estratégia e o plano individual de atendimento. E com isso mudou. Então a gente começou a não ser mais um... porque antes a criança entrava lá. Claro que também houve o progresso, pelo seguinte, as crianças estudavam nas escolas da comunidade, as crianças começaram a se ver... isso já existia, né, de fazer cursos, de fazer aula de dança, isso já existia, mas de trabalhar essa família pra volta, isso não existia. Então quase que quem entrava, quem virava um processo judicial, e não só por culpa das instituições isso também por culpa do judiciário, tava fadado a sair de lá quando fugia porque já tava meio grande, quando o abrigo não suportava que ai descartava, né, ou ficava, né.

Através desse relato, é possível perceber a grande falha que existia nos abrigos até 2004. Somente 14 anos após a promulgação do ECA que houve surgimento de uma rede que possibilitasse à criança a saída do acolhimento, mesmo quando o ECA já previa o caráter excepcional e **provisório** do mesmo.

Mais adiante na entrevista, foi possível perceber que, apesar de existir cinco acolhimentos institucionais em Rio Grande, esse movimento de 2004 só teve início em três deles. As casas, que eram municipais, só começaram a receber esse movimento, de acordo com a entrevistada C, em 2010, mais eficazmente em 2011.

⁴⁷O Rede Família é um programa patrocinado pela Petrobras que possibilita a contratação de técnicos específicos para fazerem esse movimento de tentativa de desinstitucionalização da criança. Esse projeto partiu de dentro do Acolhimento Institucional Uletus, de acordo com o presidente da casa.

⁴⁸Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA.

As governamentais [...] o trabalho foi... começou muito... começou com o financiamento da Petrobras em 2010 e, mais assim, e foi uma caminhada de conquista. A gente conseguiu agora ter um dia, ter um horário como a gente faz porque nas não governamentais a gente tem reuniões semanais então a gente fica lá, a nossa equipe fica lá dentro um turno por semana, dois turnos trabalhando. A gente trabalha junto com os técnicos dela. Com as não governamentais a gente começou a recém (D: com as governamentais.)⁴⁹. As governamentais, desculpa! As governamentais a gente começou a recém, em 2010, mas pegando força mesmo a partir de 2011.

Seguindo a linha de pensamento da entrevistada C:

Então a gente vê que as coisas, elas são muito devagar, é uma mudança de concepção, as pessoas se sentem um pouco desconfortadas, fiscalizadas, mas hoje a gente pode dizer que a gente trabalha bem, mas as não governamentais, isso já vinha de 2004. Uma caminhada bem mais longa.

O entendimento das fissuras e brechas dos acolhimentos em relação às crianças é de fundamental importância para que se entenda a formação do público acolhido em medida de proteção. Pois se há uma lei que assegura à criança e ao adolescente direitos de proteção integral, mas que, no entanto quando essas mesmas crianças são inseridas em uma medida de proteção alguns direitos são assegurados e outros corrompidos, deve-se minimamente observar que os objetivos dos acolhimentos não são únicos no sentido de proteção à infância, mas que também possuem objetivos de seguridade social.

É preciso analisar em que tipo de sociedade se está e que objetivos tem-se com a população. Deve estar claro que muitas coisas vêm sendo feitas há muito tempo em nome de nossa segurança, e as crianças abandonadas são um símbolo desse mecanismo de segurança. Cuidar da criança no Brasil foi, por muito tempo – e ainda pode ser –, “uma missão saneadora, patriótica e civilizatória” (RIZZINI, 2006, p. 08), em defesa da sociedade. E como Veiga-Neto (2003, p. 12) demonstra:

Tudo isso vem sendo feito em nome da nossa segurança individual, em nome do menor risco social, em nome da democratização e da cidadania, em nome do progresso e do nosso próprio conforto. Mas é preciso compreender que tudo isso funciona, também e principalmente, como novos dispositivos de subjetivação, como novas técnicas para a permanente vigilância, como práticas saturadas de controle, um controle baseado na visibilidade minuciosa, total e permanente. Numa sociedade assim de cristal, o ganho imediato é o aumento da segurança social; o custo é a saturação do constrangimento individual, imposto de fora para dentro.

⁴⁹A parte do texto em parênteses foi uma inserção da entrevistadora.

Essas são as características atuais de nossa sociedade, a chamada sociedade de controle. Mas isso não quer dizer que os mecanismos disciplinares não sejam tão importantes quanto antes. Pelo contrário, “numa sociedade de controle e ao mesmo tempo competitiva, os indivíduos mais disciplinados terão mais chances de sucesso”. (VEIGA-NETO, 2003, p.12)

Mas o alvo continua sendo mesmo o próprio corpo dos indivíduos, porém, agora de forma mais permanente e minuciosa, onde todos controlam todos, todo o tempo. “Referir a uma sociedade cuja ênfase parece recair cada vez menos no disciplinamento precoce e vertical (dos corpos e dos saberes) e cada vez mais no controle permanente, horizontal e minucioso (sobre os corpos)”. (VEIGA-NETO, 2003, p. 12)

3.2.3 Considerações Finais: o efeito de ilusão no fechamento de um texto

Os movimentos incorporados pelos acolhimentos, em especial este do município de Rio Grande, o qual passou por diferentes fases de diversas maneiras, mas sempre na tentativa de um acompanhamento das mudanças sociais, incorporando discursos que muitas vezes se confrontam através da impossibilidade de seguir na prática as teorias e leis levantadas, são de fundamental importância para se perceber como esses corpos infantis vão sendo tratados e moldados em nossa sociedade.

A Uletus surgiu em um período de grandes mudanças no pensamento, mas com possibilidades demasiadamente vinculadas ao passado. O próprio endereço da casa e sua instituição vizinha já comprometia o artigo 227 da recém lançada Constituição Federal de 1988, sem falar na integralidade do cuidado assegurado pelo ECA na década de 1990.

Entre o surgimento de um acolhimento e a emergência de novas leis, ficaram corpos à deriva em um processo com muitas cissuras, muitos enfrentamentos entre o que deveria ser assegurado e o que era realmente garantido, ou melhor, entre o que deveria ser assegurado e o que realmente era objetivado.

A função de um acolhimento institucional está para além de uma medida de proteção da criança e do adolescente. É também – e, talvez em alguns casos, até mais que uma medida de proteção – um mecanismo de segurança que garante à

sociedade mais confiança e tranquilidade em relação à ordem social, através de um disciplinamento e controle de corpos.

Portanto, através do auxílio do discurso desses entrevistados, é possível observar como são constituídos corpos infantis que acabam envoltos em objetivos visando à integralidade do cuidado, mas que, ao mesmo tempo, ficam à mercê de uma sociedade que visa o gerenciamento dos corpos de forma cada vez mais profunda e eficaz. Sendo assim, a medida de proteção acaba por não alcançar seu objetivo de assegurar a totalidade de direitos e de garantir o pleno desenvolvimento dessas crianças. Esses acolhimentos acabam sim por garantir que as crianças sejam minimamente ensinadas, enquadradas, disciplinadas e, finalmente, normalizadas. É nesse meio que as crianças institucionalizadas acabam se constituindo sem família por perto, mas com diversas regras que estão vinculadas aos horários de banho, alimentação, escola, estudo, vinculadas também ao que é aceito o corpo fazer, o que é educado e civilizado.

Todos esses passos de aprender “a ser” são demasiado importantes para o acolhimento institucional e, por isso mesmo, foi necessário observar como é envolta essa instituição; por consequência, como estão envoltos os corpos que vivem dentro desses abrigos quando o entendimento da instituição está vinculado à normalidade, ao trabalho, à educação que acaba se dando sobre os corpos acolhidos.

Por fim, sabe-se que o fechamento do texto é um mero efeito e que o que foi construído está ao dispor para ser desfeito.

Referências:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. Convenção sobre os Direitos da Criança - Adotada em Assembléia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989. Dispõe sobre os direitos da criança. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10120.htm>. Acesso em 11mar 2012.

BRASIL. Decreto nº 17.943-A de 12 de outubro de 1927 – Código de Menores. Consolida as leis de assistência e proteção a menores. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm>. Acesso em 11 mar 2012.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13/07/1990. Dispõe sobre o Estatuto da criança e do adolescente (ECA). Disponível em
<<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8069.htm>>. Acesso em 04 abr 2009.

BRASIL. **O direito à convivência familiar e comunitária**: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. Enid Rocha Andrade da Silva (coord.). Brasília: IPEA/CONANDA, 2004.

CEZAR, Melina Brum. Programa Apadrinhamento Afetivo abre inscrições. Reportagem Jornal Agora (Online). Disponível em:
<<http://www.jornalagora.com.br/site/content/noticias/detalhe.php?e=3&n=10702>>. Acesso em 11 mar 2012.

Educação não-formal: contextos, percursos e sujeitos. PARK, Margareth Brandini; FERNANDES, Renata Sieiro. (org). Campinas, SP: Unicamp/CMU; Holambra, SP: Editora Setembro, 2005.

FOUCAULT, Michel. Aula de 17 de março de 1976. In: **Em defesa da sociedade**: Curso no Collège de France 1975-1976. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. O Olho do poder. In: **Microfísica do poder**. Org. e trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. 209 – 227

_____. Verdade e Poder. In: **Microfísica do poder**. Org. e trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. 01-14.

_____. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. 36ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

RIO GRANDE. Estatuto Social Uletus, 1988.

RIO GRANDE. Estatuto Social Uletus, 2006.

RIZZINI, Irene. O Movimento de salvação da criança no Brasil – Idéias e práticas correntes de assistência à infância pobre na passagem do século XIX para o XX. **Congresso de Brasa VIII**. Vanderbilt University, Nashville, Tennessee, USA. Outubro de 2006.

VEIGA-NETO, Alfredo. Pensar a escola como uma instituição que pelo menos garanta a manutenção das conquistas fundamentais da Modernidade. In: COSTA, Marisa V. (org.). **A escola tem futuro?** Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p.103-126.

_____. Teoria e método em Michel Foucault (im) possibilidades. In: **Cadernos da Educação**/Faculdade de Educação – UFPel. Ano 18, n.34 (set.- dez. 2009) – Ed. UFPel – Pelotas, RS.

VOGEL, Arno. Do Estado ao Estatuto. Propostas e vicissitudes da política de atendimento à infância e adolescência no Brasil contemporâneo. In: **A Arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à

infância no Brasil. RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. (orgs.). 2.ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009.

4. Considerações Finais

Nesta secção será realizado algumas considerações de importância para esta dissertação. Torna-se importante destacar que o objetivo da pesquisa não foi de maneira alguma desconsiderar os acolhimentos institucionais como medida de proteção para crianças e adolescentes negligenciados ou abandonados por seus cuidadores. O objetivo vinculada a esta pesquisa como se produziram os acolhimentos institucionais no Brasil e em especial o acolhimento Uletus em Rio Grande.

Nesta busca pela compreensão de como foram produzidos essas instituições é que se pode perceber alguns atravessamentos que eram incoerentes com a intenção da integralidade do cuidado da criança e do adolescente. Parte-se do pressuposto que se a criança e o adolescente são retirados da casa para que seus direitos sejam garantidos, já que o público infantil é considerado merecedor de extrema atenção, a medida de proteção, aqui os acolhimentos institucionais, dariam conta de garantir a integralidade do cuidado. No entanto, pode-se perceber que existem diversas falhas e direitos que ao invés de assegurados, são esquecidos.

Aqui não se tem a intenção de parafrasear Leon Trótski quando diz que **“Se o capitalismo é incapaz de satisfazer às reivindicações que surgem infalivelmente dos males que ele mesmo engendrou, que morra!”**

Não se está dizendo que se a medida de acolhimento não cumpre o seu fim que deve morrer. Mas percebe-se que seus fins podem não ser somente o cuidado da criança. E sim, mais um mecanismo que possibilite o disciplinamento, que garanta uma ordem e o controle dessas crianças que sem instrução e exemplos a serem seguidos acabam por trazer problemas para a sociedade. Este é o foco do trabalho. Perceber que em um determinado momento as crianças começaram a se transformar em possível ameaça e é neste mesmo momento que as práticas de enclausuramento das crianças começam a nascer.

A dualidade e as controvérsias do discurso que ora defendiam a criança por estar ameaçada ora consideravam estas mesmas crianças uma ameaça, é nesse envolvimento que essas instituições nasceram.

A prática de acolhimento é muito antiga e apesar das inúmeras mudanças ocorridas no pensamento social desde o descobrimento do Brasil até o período hodierno, os acolhimentos não se desvincularam de seu nascimento. Por quê? Possivelmente porque nossa sociedade esteja pautada em cima desses mecanismos reguladores da vida dos indivíduos. Possivelmente, pela necessidade

de haver disciplinamento dos corpos para que a sociedade, em seus termos atuais, seja sustentada. Seja qual for exatamente o motivo, é sabido, e a Uletus é um bom exemplo, que os objetivos, a garantia de direitos de um acolhimento ainda não estão completamente transparentes – não estou afirmando que isto também é possível.

Foi nesse intuito de compreender essa produção dessas instituições que se deu essa dissertação é para um melhor desenvolvimento optou-se por dividir este objetivo em dois artigos.

O primeiro buscou entender como surgiram esses acolhimentos institucionais no Brasil, que leis e documentações auxiliaram essa produção. Através da escrita pode-se perceber que a prática de institucionalização da infância remonta desde os primórdios do nosso país. A aproximação dessa instituição, que hoje é de cuidado, com os presídios são muitas. Finalidades e objetivos tão próximos que parece ponderar mais para o lado da salvação do país do que para a própria salvação da criança.

O segundo artigo utiliza o exemplo de um acolhimento institucional, o Uletus, na década de 80 para compreender como vêm sendo constituídos os corpos infantis dentro dessas instituições. Foi possível perceber que apesar da Uletus ter surgido em um período de grandes mudanças no pensamento social a instituição já nasceu com certo comprometimento para os objetivos de integralidade do cuidado.

Foi entre esse surgimento de um acolhimento e a emergência de novas leis que ficaram corpos a deriva em um processo com muitas cissuras, muitos enfrentamentos entre o que deveria ser assegurado e o que era realmente garantido, ou melhor, entre o deveria ser assegurado e o que realmente era objetivado.

É desta forma que devem ser vistos e pensados os acolhimentos institucionais em nossa sociedade, como mecanismos que possuem outros objetivos que não somente o cuidado de crianças e adolescentes negligenciados, mas como instituições que servem como mecanismo de segurança.

5. Notas Finais – O movimento de uma fase

Fico pensando nos movimentos feitos...gênero ou não gênero, o que ficou e o que passou? Qual a relevância da pesquisa? Perguntas recorrentes no âmbito acadêmico. Para mim, tudo que é relacionado à vida é relevante. E quando a infância entra como tema, melhor ainda. Infância, corpos, política aí então está feita a festa.

Será que, em homenagem a Foucault, com fogos de artifícios? Depende, como tudo na vida. Depende de para quem, para onde vai. O importante é que as verdades não sejam absolutas. Importante e relevante pra pesquisa é que ela cause instabilidade a aquilo que era dado como estável, que fragmente tudo aquilo que se pensava unido. Pelo menos, foi isso que Foucault tentou demonstrar ao escrever sobre a genealogia. Com certeza, para mim a festa está completa, portanto com fogos de artifícios.

E a Educação Física, onde fica? Creio que perceber as coisas para além do corpo também faz parte da Educação Física. No entanto, o corpo está sempre presente mesmo quando não o citamos diretamente. A pesquisa teve seu nascimento no corpo!

As pessoas estão sendo cotidianamente ensinadas e induzidas a ações que são dadas como naturais. Mas a verdade, e não se esqueçam, a verdade é desse mundo, produzida por nós. Ações que o corpo executa, ações que o corpo aprende, ações que muitas vezes pensamos ser tomadas pela mente, mas que, entretanto, é mecanicamente executada. Executada por um corpo disciplinado e domesticado. Muitas vezes, um corpo sem possibilidade acaba por executar funções que a mente não gostaria de fazer.

Será que as crianças dos acolhimentos, muitas vezes, prefeririam não tomar banho, não estarem na escola, não terem que ficar sentadas em um determinado horário para comer, mas ao mesmo tempo estarem com suas famílias? Ou terem a liberdade de brincar a hora que quiserem?

Certo ou errado? Como eu disse anteriormente, tudo depende. Mas não duvidem, o corpo nesta pesquisa sempre teve caráter fundamental. Afinal, o corpo é

[...] superfície de inscrição dos acontecimentos (enquanto que a linguagem os marca e as idéias os dissolvem), lugar de dissociação do Eu (que supõe a quimera de uma unidade substancial), volume em perpétua pulverização. A genealogia, como análise da proveniência, está portanto no ponto de articulação do corpo com a história. Ela deve mostrar o corpo inteiramente

marcado de história e a história arruinando o corpo. (FOUCAULT, 1979, p. 22)

Por fim, que a pesquisa sirva para refletirmos sobre esses corpos envolvidos em técnicas que se preocupam em atingir níveis concretos dos indivíduos. Corpo como alvo de poder. Poder esse que envolve de forma material, de forma física e que, sendo assim, justifica a utilização da tríade Educação Física - Acolhimento institucional – Infância.

Então é isso, chegou a hora de apagar as luzes, ou melhor, liberar os fogos de artifícios! Mas, já sabemos que a festa continua...

6. Press Release

Pesquisa busca compreender a situação da infância em medida de acolhimento institucional

O acolhimento institucional é uma medida excepcional e temporária, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que muitas vezes, no entanto, acaba por não assegurar o caráter transitório da medida. Partindo desse pressuposto, pensou-se em realizar uma pesquisa acerca da infância em situação de acolhimento para entender como esses acolhimentos institucionais se constituíram em nosso país, especialmente o acolhimento Uletus (nome fictício dado ao acolhimento institucional pesquisado) analisado no município do Rio Grande no RS.

Sendo assim, foi realizada a pesquisa pela estudante Débora Duarte Freitas do Curso de Mestrado em Educação Física sob orientação do Professor Doutor Márcio Xavier Bonorino Figueiredo que teve por objetivo compreender como se produziram os acolhimentos institucionais no Brasil, especialmente o Uletus, em Rio Grande no RS. Para isto seleciona-se o campo teórico de Michel Foucault, a partir de algumas ferramentas metodológicas como a genealogia e o discurso.

Optou-se pelo desmembramento da dissertação em dois artigos. O primeiro intitulado “Acolhimento institucional: um envolvimento de leis, corpos e disciplinas” tem por objetivo entender como surgiram os atuais acolhimentos institucionais no Brasil. O texto em questão discorre em cima de leis e documentações que produziram essas instituições e, portanto, permite entender os momentos que as crianças tornam-se alvo de vigilância, de classificação e encarceramento em nosso país. Tenta-se demonstrar, também, que os acolhimentos institucionais em sua gênese possuem caráter civilizador e disciplinador em que as crianças são alvos para que objetivos maiores sejam atingidos.

O segundo artigo, por sua vez, intitulado “A produção dos corpos e as finalidades de um acolhimento institucional no município do Rio Grande-RS” busca perceber como vêm sendo constituídos os corpos infantis no Acolhimento Institucional Uletus do município do Rio Grande no RS. Neste texto é demonstrada a incoerência do discurso social da época com o nascimento e a realidade de um acolhimento na cidade do Rio Grande. Foram realizadas entrevistas com atuais funcionários da casa de acolhimento Uletus, como também com funcionários que tiveram participação na gênese do abrigo. Através das fontes, pode-se perceber

como esses corpos infantis vêm sendo constituídos por discursos dualistas e com objetivos que extrapolam a integralidade do cuidado.

A pesquisa através da busca pela compreensão de como foram produzidos essas instituições demonstra alguns atravessamentos que são incoerentes com a intenção da integralidade do cuidado da criança e do adolescente. Parte-se do pressuposto que se a criança e o adolescente são retirados da casa para que seus direitos sejam garantidos, já que o público infantil é considerado merecedor de extrema atenção, a medida de proteção, aqui os acolhimentos institucionais, dariam conta de garantir a integralidade do cuidado. No entanto, pode-se perceber que existem diversas falhas e direitos que ao invés de assegurados, são esquecidos.

Dessa forma, cabe refletir que os acolhimentos institucionais devem ser vistos e pensados em nossa sociedade como mecanismos que possuem outros objetivos que não somente o cuidado de crianças e adolescentes negligenciados, mas como instituições que servem como mecanismos de segurança.

7. Referências

AMARAL, Débora Medeiros do. **Era uma vez uma casa de abrigo**: os significados e as marcas da instituição na vida das crianças. Pelotas, 2006.

AMARAL, Marise Basso. O que a natureza vence? Um olhar sobre as representações de natureza no discurso publicitário. **Revista Educação & Realidade**. n 22, p. 117-132, Jul/dez 1997.

ARANTES, Esther Maria de Magalhães. Rostos de crianças no Brasil. In: **A Arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. (org.). 2.ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009.

BRACHT, Valter. **A Constituição das Teorias Pedagógicas da Educação Física**. Cadernos Cedes, ano XIX, n. 48, Ago. 1999.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 10 de novembro de 1937.

BRASIL. Convenção sobre os Direitos da Criança - Adotada em Assembléia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989. Dispõe sobre os direitos da criança. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10120.htm>. Acesso em 11 mar 2012.

BRASIL. Decreto-Lei nº 9.814 de 9 de setembro de 1946. Dispõe sobre o aforamento concedido ao Patronato Nossa Senhora Auxiliadora. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del9814.htm>. Acesso em 11 mar 2012.

BRASIL. Decreto nº145 de 11 de julho de 1893. Concede autorização ao governo para fundar uma colônia correcional. Disponível em: <http://ciespi.org.br/media/decreto_145_11_jul_1893.pdf>. Acesso em 11 mar 2012.

BRASIL. Decreto nº 17.943-A de 12 de outubro de 1927 – Código de Menores. Consolida as leis de assistência e proteção a menores. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm>. Acesso em 11 mar 2012.

BRASIL. Lei nº 6.697 de 10 de outubro de 1979 - Código de Menores. Dispõe sobre assistência, proteção e vigilância a menores. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697.htm>. Acesso em 11 mar 2012.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13/07/1990. Dispõe sobre o Estatuto da criança e do adolescente (ECA). Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8069.htm>>. Acesso em 04 abr 2009.

<<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1900-1909/lei-947-29-dezembro-1902-584264-republicacao-107075-pl.html>>. Acesso em 11 mar 2012.

BRASIL. **Orientações técnicas para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes.** Brasília: CONANDA/CNAS, 2008.

BRASIL. **O direito à convivência familiar e comunitária:** os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. Enid Rocha Andrade da Silva (coord.). Brasília: IPEA/CONANDA, 2004.

BRASIL. Projeto de Lei Nº 2654 /2003. Dispõe sobre alteração na Lei 8069 de 13/07/1990. Disponível em: <<http://www.fia.rj.gov.br/legislacao/leidapalmada.pdf>>. Acesso em 11 mar 2012.

CEZAR, Melina Brum. Programa Apadrinhamento Afetivo abre inscrições. Reportagem Jornal Agora (Online). Disponível em: <<http://www.jornalagora.com.br/site/content/noticias/detalhe.php?e=3&n=10702>>. Acesso em 11 mar 2012.

CHAUÍ, Marilena. **Repressão Sexual:** essa nossa (des)conhecida. 12ª edição. São Paulo: ed. Brasiliense, 1991.

DAOLIO, Jocimar. **Cultura:** Educação Física e Futebol. 2ª ed. Campinas, SP: editora da Unicamp, 2003.

Educação não-formal: contextos, percursos e sujeitos. PARK, Margareth Brandini; FERNANDES, Renata Sieiro. (org). Campinas, SP: Unicamp/CMU; Holambra, SP: Editora Setembro, 2005.

FALEIROS, Eva Teresinha Silveira. A criança e o adolescente. Objetos sem valor no Brasil Colônia e no Império. In: **A Arte de governar crianças:** a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. (org.). 2.ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009.

FOUCAULT, Michel. Aula de 12 de dezembro de 1973. In: **O Poder Psiquiátrico:** curso dado no Collège de France (1973-1974). Edição estabelecida por Jacques Lagrange, sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana; tradução Eduardo Brandão; revisão da técnica Salma TannusMuchail, Márcio Alves da Fonseca. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. Aula de 17 de março de 1976. In: **Em defesa da sociedade:** Curso no Collège de France 1975-1976. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. Genealogia e Poder. In: **Microfísica do poder.** Org. e trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. O olho do poder. In: **Microfísica do poder.** Org. e trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. Poder - corpo. In: **Microfísica do poder.** Org. e trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **Segurança, Território, População**: curso dado no Collège de France (1977-1978). Edição estabelecida por Michel Senellart, sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana; tradução Eduardo Brandão; revisão da tradução Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. Soberania e Disciplina. In: **Microfísica do poder**. Org. e trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. Verdade e Poder. In: **Microfísica do poder**. Org. e trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. 36ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

_____. Conferência IV. In: **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2003.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Mulheres, memórias e histórias: reflexões sobre o fazer historiográfico. In: GOELLNER, Silvana Vilodre; JAEGGER, Angelita Alice. **Garimpendo Memórias** – Esporte, Educação Física, Lazer e Dança. Porto Alegre: Editora da UFRGS; 2007, p. 13 - 26.

_____. A produção cultural do corpo. In: **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre. (org.). 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

INDURSKY, Freda. Da heterogeneidade do discurso à heterogeneidade do texto e suas implicações no processo da leitura. In: ERNST-PEREIRA, Aracy; FUNCK, Susana Bornéo. **A leitura e a escrita como práticas discursivas**. Pelotas: Educat, 2001, p. 27 - 42.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. Currículo, gênero e sexualidade – O “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. In: **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre. (org.). 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MACHADO, Roberto. Introdução – por uma genealogia do poder. In: **Microfísica do poder**. Org. e trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa social**: Teoria, método e criatividade. 23ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

NETO, Otávio Cruz. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa social**: Teoria, método e criatividade. 23ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

RIO GRANDE. Estatuto Social Uletus, 1988.

RIO GRANDE. Estatuto Social Uletus, 2006.

RIZZINI, Irene. O Movimento de salvação da criança no Brasil – Idéias e práticas correntes de assistência à infância pobre na passagem do século XIX para o XX. **Congresso de Brasa VIII**. VanderbiltUniversity, Nashville, Tennessee, USA. Outubro de 2006.

RIZZINI, Irma. Meninos desvalidos e menores transviados: a trajetória da assistência pública até a Era Vargas. In: **A Arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. (org.). 2.ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009.

SANTOS FILHO, José Camilo dos. Pesquisa quantitativa *versus* pesquisa qualitativa: o desafio paradigmático. In: **Pesquisa educacional**: quantidade – qualidade. SANTOS FILHO, José Camilo dos; GAMBOA, Silvio Sánchez. (org.). 2 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

SOUSA, Eustáquia Salvadora; ALTMANN, Helena. **Meninos e Meninas**: expectativas corporais e implicações na educação física escolar. Cadernos CEDES, Campinas: Unicamp, ano XIX, n. 48, p. 52-68, ago. 1999.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 175 p.

VEIGA-NETO, Alfredo. Pensar a escola como uma instituição que pelo menos garanta a manutenção das conquistas fundamentais da Modernidade. In: COSTA, Marisa V. (org.). **A escola tem futuro?** Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p.103-126.

_____. Situando Foucault. In: VEIGA-NETO, Alfredo. Foucault & a Educação. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p.15-32

_____. Teoria e método em Michel Foucault (im) possibilidades. In: **Cadernos da Educação** [da] Faculdade de Educação – UFPel. Ano 18, n.34, p. 83-94, set/dez 2009.

VOGEL, Arno. Do Estado ao Estatuto. Propostas e vicissitudes da política de atendimento à infância e adolescência no Brasil contemporâneo. In: **A Arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. (org.). 2.ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009.

